

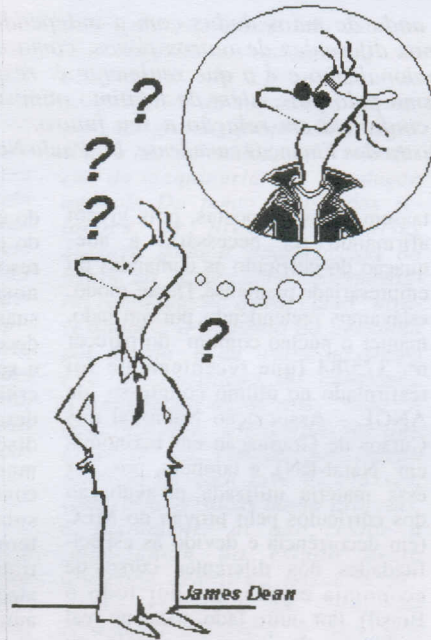
Ponto de Vista

Foi divulgado pelo IBGE o resultado da Síntese de Indicadores Sociais 2000 que reúne um conjunto de indicadores sobre a realidade social brasileira que retrata as condições socioeconômicas da população na última década do século XX.

A Síntese revelou que em 1999, como em 1992, os 50% mais pobres da população ficaram com 14% da renda do país enquanto o 1% mais rico deteve 13% da riqueza gerada. Entre 1992 e 1999 o rendimento dos 10% mais ricos e o dos 40% mais pobres cresceu percentualmente a mesma coisa. Isso significa que, em termos absolutos, a distância entre ricos e pobres aumentou. Alguns indicadores sociais como a renda média mensal e a mortalidade infantil foram reduzidos. Entre as transformações observadas no mercado de trabalho, verifica-se que em todas as regiões cresceu a participação feminina. O nível de escolaridade e a renda são fatores que contribuem para o declínio da fecundidade da brasileira. Segundo a pesquisa, em 1999, as mulheres com um reduzido nível de instrução (até 4 anos de estudo) tinham em média 3,1 filhos, enquanto as mulheres com um melhor nível de escolaridade tinham em média, 1,6 filhos. Quanto a renda familiar, em 1999 uma família com renda per capita até 1/4 do salário mínimo era constituída, em média, por 5 pessoas enquanto uma família com renda per capita de mais de 5 salários mínimos tinha, em média, 2,7 pessoas.

A concentração da renda, uma das mais injustas do mundo, permanece inalterada. Inalterada também permanece a insensibilidade do governo que teima em não implementar políticas para reduzir estas terríveis e inaceitáveis diferenças sociais. A distribuição da renda, é também responsável pelo aumento da violência que vem crescendo constantemente nas cidades brasileiras.

No ímpeto de atender as regras impostas pelo FMI, o Presidente da República finge não perceber que se tornou um representante digno das forças que dizia combater num passado não muito distante. O que terá mudado, tão radicalmente, a sua história?



O REBELDE SEM CAUSA? ...p.2
Samuel Costa Filho

CONVERGÊNCIA DO PRODUTO PER CAPITA ENTRE PAÍSES NO PERÍODO 1950-1990: UMA ANÁLISE UTILIZANDO DESVIO PADRÃO ...p.10
Manoel Bosco Filho & Almir Bittencourt da Silva

ENTREVISTA COM O PROF. FIRMINO FILHO ...p.12

NOTAS SOBRE OS CICLOS ECONÔMICOS DA AGROPECUÁRIA PIAUIENSE ...p.16
William Jorge Bandeira

ASPECTOS DA PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL ...p.18
Ricardo Azevedo Silva

A NOSSA POLÍTICA ...p.23
José Machado Moita Neto

IMPORTÂNCIA DA PESQUISA PARA O SEGMENTO VAREJISTA ...p.24
Tiago Cardoso Rosa

CAPITALISMO, NEOLIBERALISMO E MARXISMO ...p.25
Juscelino Mendes da Silva

COMPLEXAS RELAÇÕES... ...p.26
Marcelo Ricarte

A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA RURAL ...p.27
Clésio Ramiro da Silva Melão

O REBELDE SEM CAUSA?

Samuel Costa Filho*

A independência econômica anda de mãos dadas com a independência política. Ao desejar a independência, não somos diferentes de outros povos, como os EUA. Alguns podem chamar isso de nacionalismo e é o que realmente é: respeito, lealdade e entusiasmo pelo país, além de legítimo otimismo e confiança em relação a seu futuro.

(Walter Gordon, ex-Ministro das Finanças canadense, In: Paulo Nogueira Batista 1995)

A reforma realizada no currículo de Ciências Econômicas durante os anos 80, ao complementar o pluralismo teórico com os três principais paradigmas, tornou a convivência em alguns cursos de economia altamente explosiva. Há cerca de 8 anos se ouve em conversas entre alguns professores, pelos corredores do CCHL e até em reuniões de departamento do Curso de Economia, que o atual currículo, por priorizar diversas disciplinas dos clássicos da economia, da História do Capitalismo e de Formação Econômica, em detrimento de outras ligadas ao setor privado ("cada vez mais importantes na atualidade"), tem sido o principal responsável pela dificuldade no ingresso dos formandos em economia da UFPI no mercado de trabalho. Argumentam ainda, que o empresariado piauiense possui uma demanda por profissionais dessa área em um número bastante expressivo, todavia, não encontra pessoal com as habilidades necessárias para exercer as funções.

Ao retornar recentemente de Campinas-SP, além de me deparar com o mesmo discurso, constatei também a iniciativa de reformulação do atual currículo para retirada de algumas disciplinas do tronco básico, as quais não fazem parte da visão do "mainstream". Por não acreditar que o problema da dificuldade de ingresso no mercado de trabalho se resume simplesmente a esse ponto, estando ligado a diversos fatores, dentre os quais ser uma característica comum vivenciada pelos novos profissionais das mais diversas áreas, resolvi escrever, em parceria com o professor Luis Carlos Cruz Puscas, um artigo para o Informativo Econômico defendendo que "cada campo teórico deve fazer parte do currículo, pois tem muito a contribuir na formação profissional dos economistas".

Nosso objetivo e interesse era abrir um debate com os colegas professores, para que eles apresen-

tassem suas propostas, pois vivem afirmando ser necessário a adequação do currículo às demandas do empresariado piauiense. Desse modo, estávamos pretendendo, por um lado, manter o núcleo comum do parecer nº. 375/84 (que recentemente foi reafirmado no último congresso da ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia em Natal-RN), e também, por essa matéria utilizada na avaliação dos currículos pelo provão do MEC (em decorrência e devido às especificidades dos diferentes cursos de economia espalhados por todo o Brasil). Por outro lado, tocar no real problema do nosso currículo, ou seja, definir as nossas especificidades (qual linha ou tendência do economista formado pela UFPI), que para nosso entendimento representa o "X" da questão. Por oferecermos diferentes disciplinas eletivas que não guardam coerência entre si para denotar uma linha, tendência, ou uma clara especificidade, os colegas que questionam o currículo do curso e/ou os alunos, sentem a falta do direcionamento para o mercado privado, ou querem uma formação voltada para determinada especificidade (formação de especialistas).

Alertávamos, porém, para o fato de que atualmente as empresas já estavam procurando e exigindo, cada vez mais, trabalhadores versáteis e com sólida formação humanística e cultural. Como a grande maioria já deve ter notado, sendo até comum ler em revistas e jornais, dentro de pouco tempo não mais vai valer a pena ser especialista, e que a habilidade mais valorizada será reunir conhecimentos nas várias áreas com muita criatividade, ou seja, a procura por profissional eclético, que possua conhecimentos em mais de uma especialidade. Os novos profissionais precisarão ter criatividade, capacidade de inovação e visão humanista.

Para nossa agradável surpresa, parecia que o professor William Jorge Bandeira, no artigo "Da pertinência

do currículo ao mercado de trabalho do economista (Uma Crítica)", teria resolvido aceitar o debate sobre o nosso currículo, apresentando as suas propostas. Porém, para nossa decepção, o Prof. Bandeira resvalou e se dirigiu para a vala comum da crítica vazia, que somente objetiva desqualificar todo aquele que tenta discordar das suas idéias, inicialmente, apresentando um pseudo-conhecimento, ao realizar observações sobre o método, pertinência das teorias, inserção no mercado de trabalho, e até partindo para um ataque de outro texto de minha autoria "Globalização Financeira e Capitalismo Selvagem".

Não é de minha conduta e nem deve ser comportamento de professores e cientistas, disputa que procure somente desqualificar o trabalho, as idéias ou pensamento divergente. Se assim o fosse, predominaria o pensamento único, e a ciência nunca teria avançado. Devemos, sim combater uma idéia, tese ou teoria, propondo outra melhor. Afinal não foi dessa maneira que os Clássicos superaram as idéias Mercantilistas; que Keynes sobrepõe-se ao liberalismo; que Milton Friedman recuperou a importância da moeda e que os neoliberais tentam, nos dias atuais, recompor as forças e o papel do mercado. Aliás, gostaria de lembrar ao nosso "crítico" que "nenhuma controvérsia importante na teoria econômica foi resolvida através do teste ou da mensuração empírica. As controvérsias resolvem-se não porque uma das teorias é falsificada, mas porque a outra comanda maior poder de convencimento" (Nogueira da Costa, 1999).

Ocorre que a tentativa de "crítica" do professor William Jorge Bandeira, revelou antes de tudo, fraquezas, debilidades e imperfeições. Desde o início de suas observações, quando trata das três correntes, o nosso "crítico" incorre e comete erros grosseiros para quem

pretende ser tão exigente. Um primeiro exemplo acontece quando trata do pensamento de Keynes. O professor escreve: "Seu método se vale da psicologia social na formação de "comportamento convencional", no qual as decisões capitalistas sobre investimento em capital físico, em títulos financeiros, em consumo e outras decisões que envolvem tempo e RISCO, dependem do estado de espírito do investidor (disposição de correr RISCO) e do clima geral em relação aos negócios, os quais inspiram maior ou menor confiança no futuro ou ainda, determina maior ou menor incerteza nas previsões realizadas, as quais são determinadas na tomada de decisão dos homens de negócios".

É conveniente lembrar nosso "crítico" que, para KEYNES, existe uma diferença básica entre os conceitos de incerteza e risco. Keynes definiu o conceito de conhecimento "incerto" para os problemas em que não existe qualquer base científica para um cálculo probabilístico. Em um contexto de incerteza os agentes econômicos nada podem projetar para o futuro. Já o conceito de risco tem uma base científica, ou seja, pode ser quantificado através de um cálculo probabilístico. Assim, para Keynes, a incerteza terá papel preponderante no processo econômico, pois em face da incerteza, os agentes buscam defender-se da possibilidade incalculável de que decisões cruciais levem a perdas irreversíveis.

Dessa forma, para Keynes e seus seguidores, **assim como a preferência pela liquidez, as decisões de investimento mais importantes (Decisões cruciais) em uma economia capitalista, são tomadas dentro de um contexto de incerteza** (que incorpora a noção do tempo) e relativo grau de desconhecimento pelos agentes. As firmas, cujas decisões são essencialmente especulativas, sofrem com a **incerteza** sobre o comportamento dos mercados, quanto aos frutos de suas decisões, tomadas muito antes, estiverem maduras. Da mesma maneira, os consumidores também trabalham sob **incerteza** nas suas tomadas de decisões (Garcia, 2000).

Deixando de lado os paradigmas, comentemos outros equívocos e escorregões realizados pelo nosso "crítico" quando do tratamento da questão do currículo. Este currículo diz respeito à parte do curso que trata das disciplinas obrigatórias e complementares. Assim, é a retirada

de disciplinas históricas ou marxistas, Kalecki, etc., que tem sido reclamada por alguns professores que se dizem ligados ao setor privado. Dessa forma, as modificações reclamadas dizem respeito à questão ideológica e afirmação da superioridade do paradigma ortodoxo, bem como, da inclusão e retirada de diferentes disciplinas não ligadas ao paradigma dominante.

Todavia, a crítica do prof. William se dirigiu para luta pela sua correta aplicação (segundo o nosso crítico: "... é importante questionar como estão sendo ministradas as disciplinas teóricas? E se as mesmas são praticadas em disciplinas apropriadas? Existem continuidade e integração entre as disciplinas? Os alunos têm plena consciência dos pré-requisitos?...). Esse problema é e era do nosso conhecimento e interesse, afinal havíamos escrito "... apesar dessa mesma avaliação assinalar a deficiência em termos físicos, material pedagógico, biblioteca e até do corpo docente da nossa Universidade".

Acontece, que todos esses pontos levantados pelo professor dizem respeito à implementação, acompanhamento e avaliação permanente do currículo, formação do quadro de professores do Curso de Ciências Econômicas da UFPI, etc., tarefa que cabe ao Departamento através de sua Chefia (função, aliás, já exercida pelo nosso "crítico" durante a vigência do atual currículo), à Coordenação do Curso e de todo o quadro docente dos departamentos e discente do curso, nada tendo a ver com a retirada ou inclusão de disciplinas do currículo. Como nosso objetivo era a defesa da permanência dos três paradigmas, não víamos por que tratar desse problema e das deficiências na operacionalização. Esclarecendo: uma coisa é a discussão do currículo de economia, o qual abrange todos os cursos do país, a outra diz respeito a operacionalização desse currículo em cada unidade de ensino. Todos esses pontos devem ser solucionados no âmbito da universidade, não sendo o Informe Econômico o lugar adequado para a questão ser resolvida.

Quanto ao resultado **B** dos alunos da UFPI no provão de 1999, serve para salientar que se o currículo sofresse de graves imperfeições e não tivesse adequação razoável ao exigido e solicitado a nível nacional, por melhor que fosse a turma de concludentes, o resultado dificilmente

seria atingido. Quanto à manutenção do conceito, a avaliação do curso pelo MEC serve justamente de alerta para que sejam procedidas as reformas bem como os aperfeiçoamentos necessários. Infelizmente, nosso "crítico" não vem acompanhando as recentes iniciativas e medidas que a coordenação e o departamento vêm tomando na busca de melhoria da qualidade.

No que diz respeito a influência de Reagan e Thatcher que nosso crítico "parece" desconhecer, gostaria de aconselhá-lo a ler Paulo Nogueira Batista (1995:68), In: Em Defesa do Interesse Nacional (Paz e Terra). Nesse texto, bastante conhecido, afirma: "*A mensagem neoliberal que o Consenso de Washington registraria vinha sendo transmitida, vigorosamente, a partir do começo da administração Regan nos Estados Unidos, com muita competência e fartos recursos, humanos e financeiros, por meio de agências internacionais do governo norte-americano. Acabaria cabalmente absorvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se de sua iniciativa e de seu interesse fosse*".

Nessa mesma linha, citaremos mais dois exemplos:

1- François Chesnais (1997:15) no artigo "Mundialização do Capital, Regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o Neoliberalismo", In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, (Sete Letras), e 2 - Maria da Conceição Tavares (1995:68) no artigo "O Dissenso de Washington", In: Em Defesa do Interesse Nacional (Paz e Terra), dentre outros.

Porém, o ponto da crítica mais importante no artigo "A Dita Economia Moderna", diz respeito ao ingresso no mercado de trabalho. Hoje em dia é negável a dificuldade do ingresso da grande maioria dos ex-universitários no mercado de trabalho. Por vivermos em uma economia capitalista de mercado, num contexto de crise do Estado em todos os níveis (mas pode-se pensar também num contexto em que não haja crise do Estado) é lógico, claro e evidente que as maiores chances de emprego têm necessariamente que estar e ser no âmbito da iniciativa privada. O nosso crítico descobriu o óbvio!

No sistema capitalista é o mercado privado o local que possibilita a maior oportunidade de ingresso da força de trabalho.

O ponto essencial, e que diz respeito à formação desse profissional, e que, também, vem sendo há vários anos questionada por alguns colegas fica em aberto. Ou seja, gostaríamos de saber e que não foi apresentado, quais seriam as disciplinas, ementas e programas necessários para formar os profissionais para iniciativa privada piauiense, se esses professores teriam interesse e condições de ministrar essas novas disciplinas, se seria necessário à contratação de novos professores, etc.. E, afinal, devemos formar técnicos nas exigências conjunturais do mercado de trabalho do Piauí, ou formar economistas cidadãos para atuarem eticamente em qualquer parte do país e do mundo, inclusive no Piauí?

O Departamento de Ciências Econômicas da UFPI possui entre oito ou nove professores ligados à área da iniciativa privada, com 40 horas e até DE (Dedicação Exclusiva - apenas dois em regime parcial de 20 horas), que devido a suas reclamações já deviam pelo menos ter realizado alguma pesquisa para (usando as palavras do nosso "crítico"):

1- Descobrir as reais necessidades de qualificação do economista requeridas pelos empresários e,

2- Adequar os profissionais a estas necessidades", que respaldassem suas afirmações e apresentadas a este departamento possibilitasse uma reforma. Pois, nossas obrigações para com a UFPI não se resumem somente a ministrar no curso de graduação.

No que diz respeito ao artigo "Globalização Financeira e Capitalismo Selvagem", meu "crítico" afirma que o mesmo se tornou bastante confuso, que fiz uma salada que inclui a imprensa, as elites e a classe média, além da cultura americana e a própria política de estabilização. Acrescenta ainda o fato ter deixado em aberto a periodização e o tipo de análise em pauta, ter de maneira descuidada utilizado de dados do BIRD e falar de um misterioso "projeto nacional". Como defendo a não inserção passiva da economia nacional (**nacionalista exacerbado**) estou a perigo de engrossar as fileiras do movimento dos "militantes antiglobalização", conhecidos como "**os rebeldes sem causa**".

Essa atitude crítica e arrogante, ao discordar dos posicionamentos e

desqualificar o artigo, é parecida com as dos liberais dos anos 90, do nosso último governante supremo e de suas autoridades econômicas, que ironizavam e procuravam desqualificar seus críticos chamando-os de neobobos, retrógrados e atrasados ("dinossauros"). Ocorre que o professor William Bandeira, numa visão conservadora, não acrescenta nada ao debate, somente defende o aprofundamento das reformas do Estado, trabalhista, previdenciária, tributária, e achando bem sucedida a política de Privatização e de tarifas externas. Esqueceu o professor, que nessa e noutras questões seu ponto de vista somente faz propagar servilmente o ideário dominante. **É a opção pela alternativa à mediocridade.**

O prof. Jorge Bandeira incorre em outro erro por acreditar que a realização das reformas liberais significa ausência de projeto nacional de desenvolvimento do atual governo. A opção de Collor/FHC, estava e está assentada nessa política de integração passiva que levaria o Brasil ao bloco de países centrais. O atual governo sempre realizou e aprovou as reformas do seu interesse. Conta e contou sempre com a maioria esmagadora do congresso e governa através de medidas provisórias. Chegou ao cúmulo do absurdo de jogar a população contra o Congresso Nacional, questionando e colocando defeitos e dificuldades no limite de 2/3 para reforma constitucional.

A tese do professor William Jorge Bandeira segundo a qual o Brasil apresenta ausência de um projeto nacional de desenvolvimento não encontra respaldo na prática. Essa foi à situação dos anos 80. Nos anos 90 a história é outra. O projeto é justamente não ter projeto, deixar para o "mercado" e ao capital externo o comando e definição do processo. Gostaria também de alertá-lo para o fato de que:

"A concentração econômica e a desnacionalização, ocorridas durante o governo FHC, tenderão a comprometer cada vez mais a capacidade da sociedade brasileira de maximizar a relação benefício/custo econômico associada à presença do capital estrangeiro no país. E, mais importante ainda, nesta relação entre economia e política está comprometido o futuro do Estado-nação e da sociedade brasileira." (Gonçalves 1999:194. Recomendo a meu "crítico" a leitura do livro "Globalização e Desnacionalização" do prof. Reinaldo Gonçalves da UFRJ).

Quanto a necessidade de realizar ou aprofundar as reformas para que se viabilize o dito projeto (tributária, estado, trabalhista, previdenciária, etc.) e nos coloque de acordo com o novo padrão de desenvolvimento que se afirma e tendo em conta interesses nacionais, é justamente essa a linha utilizada e seguida há bastante tempo pelo atual governo, que se diz impedido de caminhar mais rápido nessa direção devido à oposição e os demais dinossauros brasileiros. O que eles não demonstram é que o atraso constatado na realização das reformas tributária, social e administrativa indicou a ausência de maior convergência política no núcleo de poder (Mattoso & Pochmann, 1998).

Falha novamente ao me denominar de "**Rebelde sem Causa**". Afinal, nós vivemos num país que apresenta uma estrutura de concentração de riqueza e renda de tal magnitude que consegue superar a de países como Costa Rica, Uganda, Malásia, Zâmbia, Quênia e Botswana. (Costa Filho, 1998). A remuneração total do trabalho somente na presente década caiu de 46,5% do PIB em 1990 para 37,1% em 1998 e mesmo dentro da massa assalariada as disparidades de renda são enormes. Acrescente-se o fato de que durante a década passada já vinha ocorrendo esse processo. Neste contexto, existem poucos rebeldes frente à dura realidade social no Brasil.

Não existem rebeldes suficientes para revelar e enfrentar a crítica realidade social brasileira. Afinal, de acordo com PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil era o 62º entre 174 nações em 1995. Com a nova metodologia do IDH, o Brasil passou a ocupar apenas a 81ª posição naquele ano e 1997 estava em 79ª posição em termos mundiais. Embora já tenha atingido a nona posição dentre os países do mundo em produção de riqueza.

Além desses fatos, como também não se rebelar e ficar passivo diante da atitude dos "economistas laranjas" ou "nouveaux économistes" que fazem de sua curta passagem pelo governo brasileiro via e trampolim para venda de seus serviços ao capital internacional e de enriquecimento rápido e fácil às custas do Estado e da nação.

Como ser acusado de "rebelde

sem causa” e ficar passivo e alheio diante da política de elevação na precarização do mercado de trabalho brasileiro, que aumentou a taxa de informalidade de 40% em 1980, para 52% em 1990 e 56% em 1995. Tendo ainda o Brasil promovido a exportação de mais de 1,2 milhões de empregos industriais para os países desenvolvidos, quando da abertura econômica e da inserção passiva na globalização, segundo o estudo do economista Márcio Pochmann (1999). Por esse motivo, passamos da 11ª. colocação mundial em desemprego em 1989 com 1,9 milhões de desempregados, para a 4ª. colocação em 1998, com 6,6 milhões

São poucos os rebeldes que estão e/ou ficaram contra o debilitamento fiscal, financeiro e de arbitramento da política e econômica que sofre e sofreu o Estado brasileiro durante toda a década dos 90, com a conseqüente perda de soberania econômica e o controle sobre nossa política monetária e fiscal. Diante do acordo realizado por FHC com o FMI, logo após a eleição do segundo mandato, e sem dúvida o mais duro e humilhante já firmado pelo Brasil, a tal ponto de se negociar com essa instituição até alguns dos termos do discurso que FHC pronunciou em setembro de 1998.

Ser “acusado de rebelde sem causa” por não aceitar uma política de desmantelamento dos principais órgãos decisórios de planejamento do nosso Estado, e a redução da capacidade de formular políticas de desenvolvimento, abdicando da soberania de fixar os rumos de nossas transformações e do nosso desenvolvimento.

Como não se rebelar pela venda a preço fortemente rebaixados das principais estatais negociadas no biênio 1997-1998, os cortes nos gastos sociais e no investimento público que elevam o quadro de abandono social e o crescimento da exclusão no Brasil.

Será que sou “rebelde sem causa” por ser contra a desestruturação, desnacionalização e fechamento de empresas da cadeia produtiva nacional, em nome da eficiência, produtividade e competitividade?

Sou um “rebelde com causa” por não aceitar o desânimo e falta de visão das elites e partidos progressistas diante do quadro atual, e por não apresentarem nenhuma proposta de política alternativa. Desse modo, como se fosse um Estado monopartidário, o resultado

“... a principal função das universidades é produzir uma geração de economistas leais e confiáveis que sejam incapazes de desvendar os fundamentos sociais da economia de mercado global.”

urnas em nada modifica a condução da política econômica e social do Estado Brasileiro.

Sempre serei um “rebelde com causa” porque sou contra a pressão e discurso liberal arrogante e desqualificador que tenta, a todo custo, desmobilizar, desfazer e diminuir qualquer ação de resistência interna. Como tão bem afirma Michel Chossudovsky (In: A Globalização da Pobreza. 1999:34- Moderna, um excelente livro que o Doutor deveria ler): Desde início da década de 1980, o discurso econômico dominante tem aumentado sua influência nas instituições acadêmicas e de pesquisa em todo mundo: a análise crítica é fortemente desestimulada; a realidade social e econômica deve ser vista através de um único conjunto de relações econômicas fictícias, cuja finalidade é dissimular as manipulações do sistema econômico global. Estudiosos das principais correntes econômicas produzem teoria sem fatos (“teoria pura”) e fatos sem teoria (“economia aplicada”). O dogma econômico dominante não admite nem divergência nem discussão sobre seu paradigma teórico básico: a principal função das universidades é produzir uma geração de economistas leais e confiáveis que sejam incapazes de desvendar os fundamentos sociais da economia de mercado global. Da mesma forma, intelectuais do Terceiro Mundo são cada vez mais recrutados para apoiar o paradigma neoliberal; a internacionalização da “ciência” econômica apoia sem reservas, o processo de reestruturação econômica global.

Não devemos nos rebelar contra a inconsequente política de abertura econômica, câmbio valorizado e des-

valorização cambial de 1999, que viabilizou uma astronômica fuga de recursos da nossa economia? Nesse processo, o cofre do BACEN foi alvo de um verdadeiro “saque” realizado pelos “especuladores institucionalizados”, com a conivência tácita do Governo, pois esses especuladores já sabiam que a moeda seria desvalorizada após as eleições presidenciais de outubro de 1998.

Ser acusado de “rebelde sem causa” por não concordar com a elevada regressividade fiscal, devido ao Governo Federal ter adotado a alternativa de alargamento do campo de incidência das contribuições sociais, seja através da criação de nova contribuição, seja por intermédio da majoração de alíquotas, e dessa forma piorar a qualidade do sistema, é lamentável. Ao mesmo tempo em que eleva a cobrança de impostos de seus cidadãos, o Governo fornece “favores” e subsídios aos grandes negócios internacionais.

Sou “rebelde sem causa” devido ao nosso modelo privatizante apresentar como resultado conflitos entre consumidores, governo e as empresas privatizadas, pelo não-cumprimento de metas e as deficiências em vários serviços? Esses conflitos denunciados na imprensa compreendem desde as reclamações de usuários pela deterioração dos serviços (energia e telecomunicações principalmente), como também decisões abusivas (alto número de pedágios em rodovias privatizadas) e mesmo de metas não cumpridas com o governo (ferrovias).

Só os que não se rebelam estão felizes com a política de livre movimento de divisas estrangeiras dentro e fora do país, através de transferências eletrônicas, que permitem não somente, que companhias estrangeiras repatriem livremente seus lucros em divisas estrangeiras, mas também estimulam a “repatriação do capital evadido”, ou seja, o retorno do “dinheiro sujo” (produto do comércio ilegal e/ou de atividades criminosas, narcotráfico, etc) e do Black Money” (dinheiro que não pagou imposto), oferecendo às classes sociais privilegiadas um conveniente mecanismo para lavagem de grandes somas de dinheiro obtidos ilegalmente.

Todavia, sou “rebelde com causa” por ser contra as políticas econômicas medíocres desde o

início dos anos 80, que nos tornou simples exportadores de capital para os países ricos – o fluxo dos serviços da dívida real excede os novos fluxos de capital – e que nos mantém numa “camisa-de-força” que impede de lançarmos uma política econômica nacional independente.

Sou “rebelde com causa” por denunciar que o atual modelo serviu para ampliação da violência, delinquência e a escalada no número de assassinatos em todo o país, apresentando números que fazem frente à de grandes conflitos entre as nações.

Sou um rebelde que ainda sonha com uma sociedade mais justa, mais humanitária, mais solidária e mais cidadã. Postulo pelo exercício de uma política condizente com a busca do interesse social. A busca de uma sociedade em que os seus membros satisfaçam apropriadamente as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e um mínimo de bens culturais (Furtado, 1992). Um rebelde que defende a globalização da cooperação entre os povos, da distribuição da riqueza, da inclusão social. Como se vê, esse posicionamento, se contrapõe frontalmente ao ponto de vista de meu “crítico”.

Por tudo assinalado, observamos um quadro de desemprego, a deterioração da renda das famílias, a piora dos serviços públicos sociais de saúde, educação, etc., como principais elementos responsáveis pela profunda deterioração social em que vivemos. Esse quadro é a mola propulsora da violência, do tráfico, da prostituição e da corrupção que atinge o espaço urbano e parte do rural no Brasil e na América Latina. A diferença do crime, da contravenção, da insegurança e da injustiça entre os diferentes países é apenas de grau (Cano, 2000). **Nesse quadro de guerra civil a brasileira está faltando rebelde. São muitos os que preferem os holofotes da mídia, o aplauso fácil. “Na vida prática, tem uma porção de espertalhões que trata de alugar a bom preço a sua inteligência aos ricos e privilegiados, na esperança, evidentemente de se tornar um deles”** (Cardoso de Mello, 1999:182).

Gostaria também de indicar a meu crítico a leitura dos professores Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello, intitulado “Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna”, In: História da Vida Privada no Brasil 4 (Nova Fronteira). Dessa forma, poderá entender as cinco dé-

cadás, e o significado da salada que inclui a imprensa, as elites e a classe operária, além da influência da cultura americana e capitalismo selvagem. **Pelo posicionamento do professor, constato que é absolutamente inacreditável a ignorância que parcela significativa de segmentos pertencentes à chamada elite demonstra ter da história e da realidade brasileira.** (Pinto, 1997)

A crise dos anos 80 revelou o fim do modelo anterior apoiado no tripé capital externo, capital privado nacional e gasto público, alavancado pelo elevado imposto inflacionário. O Governo Collor e os seguintes, implementaram somente reformas na linha do Consenso de Washington. É esse o sentido do **projeto nacional liberal** em curso, que meu “crítico” teima em não querer ver. O que é mais triste, por chamá-lo de **projeto nacional** não quer significar ou quer dizer que esse defenda os interesses da nação. Se retornarmos ao período da ditadura, lembramos que os militares, associados à iniciativa privada nacional, até apresentaram o projeto Brasil-Potência Mundial Emergente (Brum, 1985). Na década atual ocorre a desistência total de construção da nação e a entrega ao capitalismo externo.

É justamente por discordância e contra esse processo de abertura desenfreada (que agravou a instabilidade da nossa economia), privatização questionável e irresponsável (gostaria de indicá-lo a leitura dos livros “O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado” e O Brasil Privatizado II- o assalto das privatizações continua, ambos de Aloysio Biondi), desregulamentação da economia (principalmente do mercado de trabalho), que pregamos por **um projeto nacional de desenvolvimento novo e alternativo**. Pois, como nosso crítico deveria saber, nessa inserção no processo de globalização, não procuramos manter o mínimo de autonomia e liberdade no direcionamento do nosso desenvolvimento. Nos anos 90, o desenvolvimento nacional ficou subordinado a apenas as leis de mercado e/ou a pequenas ações dos governos estaduais e municipais tipo “Guerra Fiscal”.

Queira ou não o meu crítico, a adesão ao capitalismo global foi a opção dos anos 90. Teve origem em Collor, mas apenas conseguiu se materializar a partir da coalizão política alcançada na figura de FHC. A

adesão à linha liberal é a opção pela entrada no mercado mundial como este se apresenta. E entrar no “mercado” nada mais significa do que aderir ao movimento do capital, agora extremamente centralizado em fortes oligopólios que controlam o mercado. Defender esse “mercado” é apoiar o movimento autônomo do capital em seu processo de acumulação, submetendo-se a ele. Essa foi a opção de FHC, talvez acreditando que essa integração levaria o Brasil ao bloco de países centrais. (Sawaya, 1999). **Espero que com esse último parágrafo fique claro para meu “crítico” qual é o projeto nacional em execução.**

Infelizmente não sou tão brilhante a ponto de ser um “rebelde sem causa” solitário. Existe no Brasil uma diversidade de cientistas sociais que há bastante tempo vêm alertando, esclarecendo e apresentando suas opiniões e idéias acerca de todos esses problemas econômicos e sociais do nosso país. Cientistas sociais e pensadores das mais diferentes correntes de pensamento que alertam para essa inserção passiva do Brasil. Minha dívida para com esses pensadores é enorme. Dentre eles, destaco Celso Furtado, Antonio Delfim Neto, João Sayad, Paulo Nogueira Batista Jr., Reinaldo Gonçalves, José Carlos de Assis, Paul Singer, Milton Santos, Francisco de Oliveira, Marcio Pochmann, Jorge Mattoso, Ricardo Carneiro, Samuel Pinheiro Guimarães, José Carlos Souza Braga, Wilson Cano, Theotônio dos Santos, Cláudio Salvador Dedecca, Aloysio Biondi, Carlo Lessa, Maria da Conceição Tavares, Aloizio Mercadante, Luciano Coutinho, José Luís Fiori, Luis Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello, Roberto Mangabeira Unger, Tânia Barcelar, Clovis Rossi, Carlos Heitor Cony e muitos outros. É um time composto de gente da mais alta qualidade.

Continuemos: o prof. William Bandeira preocupado em mostrar os defeitos do meu artigo continuou incorrendo em erros graves para um professor tão “renomado e de prestígio”. A falha seguinte foi quando o professor quis contrariar e desmentir diversas pesquisas que demonstram e afirmam ter a política de atração de capitais se concentrado em privatizações, e fusões e aquisições de empresa - Laplane & Sarte (1997); Laplane & Sarte (1999); CNI/CEPAL (1997); Moreira & Correa (1996); Gonçalves (1999); Carneiro (1999); Lacerda (2000); Barroso & Pereira de Melo (2000); Comin (2000). Como se

tratasse de profissional inexperiente, defendendo o ponto de vista no qual a política de atração de capitais externos ampliou a capacidade produtiva da economia brasileira embasando-se unicamente na afirmação de que: "pode ser facilmente contestada somente olhando para o setor de telecomunicações, o qual aumentou fortemente o número de telefones em uso".

O erro posterior: esquecendo que havia desqualificado a leitura de jornais e outros veículos de comunicação para se entender economia, e, em vez de procurar um trabalho científico de qualidade, apresenta e utiliza somente tabela contida em reportagem da revista *Veja*: A Grande Fogueira das Bobagens (Nº. 40, 4/out. 2000, p.193/194) e de conclusão da Fundação Heritage (?), (também na revista *Veja*), para contestar o crescimento do total de pessoas que vivem com menos de US\$1,00 por dia no mundo e ver enormes benefícios no processo de integração passiva na globalização.

Chega a ser impressionante, para não dizer ridículo, a falta de sensibilidade, o desconhecimento da história do capitalismo e de seu funcionamento e o uso do citado artigo por um economista com o título de Dr. pela Unicamp. A reportagem querendo criticar as reações que vêm pipocando em vários pontos do mundo (Ex: Seattle, Washington, Melbourne, Praga) e, principalmente durante as reuniões de cúpula do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, apresenta uma caricatura e um quadro distorcido da realidade atual da globalização.

Acreditar nas afirmativas e "globobagens" encontradas no citado artigo, é uma tarefa para um economista principiante. Termos como "capitalismo ostra" para a fase de maior e mais elevado crescimento da economia capitalista (The Golden Age ou os Trinta anos Gloriosos) feita por um economista americano chega a ser bizarro. Afirmar que a fase liberal 1840/1914 acabou devido à paranóia nacionalista que levou à 1ª. Guerra mundial é outra asneira, afinal, qualquer aluno da graduação de Ciências Econômicas da UFPI sabe que a intervenção do Estado veio salvar o capitalismo liberal de mercado de sua mais grave crise durante os anos 30. Atribuir as melhorias e ganhos no campo social (esperança de vida, renda per capita, etc.) ao funcionamento do mercado

livre ou a globalização é patético.

No decorrer do período liberal, 1860 a 1914, o comércio internacional não cresceu mais rapidamente do que os produtos internos dos países. Durante esse período, para a maioria dos países capitalistas em via de industrialização (com exceção do Reino Unido), o comércio exterior ainda era caracterizado por uma lógica de importação de recursos complementares.

Foi somente a partir do crash de 1929 e do começo da grande crise que um conjunto de países industriais viram na exportação uma maneira de "exportar o desemprego" e compensar a queda de demanda interna (mesmo erguendo fortes barreiras protecionistas). Dessa forma, desde o fim da segunda guerra, as taxas anuais de crescimento dos fluxos mundiais, reais e monetários, têm crescido a taxas mais que proporcionais às de crescimento do PNB mundial. Essa diferença entre o crescimento do comércio mundial e do PIB dos países participante atenuou-se a partir da recessão de 1974-75 no fim dos "Trinta Anos Gloriosos".

No decorrer do período dos anos 80 e começo da década dos 90, o comércio retoma o crescimento mais rápido do que o dos PIB, e o fluxo financeiro globalizado aumentou a taxas ainda mais elevadas. Entre 1980 e 1992, o crescimento dos ativos financeiros foi elevado e em 1992 os ativos acumulados eram o dobro do PNB acumulado de todos os países da OCDE juntos, e treze vezes mais do que suas exportações totais. (Chesnais, François "A Mundialização do Capital", Xamã, 1996. Outro livro que meu crítico necessita ler).

Para um economista experiente e com título de Dr. pela Unicamp, acreditar numa reportagem que, às vezes de forma grotesca, exagera no alcance e novidade que representa o processo de globalização em curso é lamentável. A reportagem chega a enxergar até as conquistas do Welfare State (Estado Providência), ou seja, as conquistas democráticas do tipo social em matéria de legislação trabalhista, saúde, assistência social e ensino público, como decorrentes do processo de desaparecimento da intervenção estatal no campo das relações econômicas internacionais dos últimos vinte anos.

Quanto aos dados estatísticos, nem a reportagem consegue camuflar o que até o Banco Mundial e a ONU

admitem: a pobreza e a desigualdade social aumentaram nos últimos 20 anos. O articulista usa subterfúgios como "desde 1995 o número de pessoas vivendo na miséria absoluta cresceu de 1 bilhão para 1,2 bilhões", ou "quando se compara esse número com o crescimento da população como um todo, descobre-se que a pobreza cresceu num ritmo menor". O articulista usando o mesmo discurso utilizado pelas instituições de Bretton Woods procura enfatizar "argumentos contrários aos fatos", empregando afirmações de "que a situação é ruim, mas seria muito pior se as medidas não tivessem sido adotadas, ou se não existisse a globalização" (World Bank, 1994).

Esqueceu, nosso professor, que dados estatísticos podem ser usados, apresentando alguns resultados que o pesquisador objetiva. Para responder a meu ilustre crítico, não vou nem usar a tese do professor Michel Chossudovsky (1999) segundo a qual os números do Banco Mundial servem ao útil propósito de representar o pobre nos países em desenvolvimento como um grupo minoritário. Assim, embora as disparidades sociais e de rendas entre as nações e dentro destas tenham se ampliado, a realidade da pobreza mundial é cada vez mais dissimulada pela manipulação das estatísticas de renda.

Responderei o seguinte: como o Dr. William Jorge Bandeira deveria saber, o uso de dois pesos e duas medidas é abundante nas "medições científicas da pobreza". Até a pouco tempo, o Leste Europeu e a União Soviética eram considerados partes do Norte desenvolvido, isto é, com níveis de consumo material, educação, saúde, desenvolvimento científico, etc. amplamente comparáveis aos existentes nos países da OCDE. Embora as rendas médias estivessem no todo mais baixas, os estudiosos do Ocidente, não obstante, reconheciam os feitos dos países do bloco oriental, particularmente nas áreas de saúde e educação. Hoje, empobrecidos pelas reformas patrocinadas pelo FMI, são classificados pelo Banco Mundial como economias em desenvolvimento ao lado dos países de "baixa e média renda" do Terceiro Mundo.

Temos ainda o exemplo da estimativa que o Banco Mundial faz para América Latina e o Caribe. Essa instituição apresenta dados de só 19% da população dessa

região são pobres. Uma grosseira distorção, quando sabemos de fato que nos Estados Unidos (com renda per capita anual de aproximadamente US \$ 20 mil) o Escritório do Censo dos Estados Unidos estimou o nível de pobreza no país em 18,2%, e uma estimativa oficial mais recente confirma um nível de pobreza da ordem de 20%.

No que diz respeito aos dados da tabela que meu crítico apresenta partem de um período de elevadas quedas nos padrões de vida tanto no Sul como no Leste do Planeta. Desde o começo dos anos oitenta, com a crise da dívida externa e a crise do Leste comunista, foi elevadíssima a compressão dos padrões de vida (sem falar na falência das instituições) do Sul e Leste, consideravelmente maior do que a experimentada pelos países ricos durante os anos 30. Como é do conhecimento de todos, o quadro da América Latina na década de 80 foi dos piores, vivíamos a chamada "década Perdida". Assim, se os dados apresentados (que na tabela se não piorou está no mesmo ponto deprimente) fossem comparados aos de antes da Crise da dívida, o quadro daria resultado piores.

Pelo apresentado para a América Latina dá para perceber que dependendo do ano de referência que partimos teremos um resultado % diferente. Vejamos como exemplo o estudo do prof. Wilson Cano (2000:63) da UNICAMP, sobre alguns países do continente latino-americano: "Entre 1990 e 1994, embora a pobreza e a indigência da população urbana tenham diminuído de 36% e 13% para, respectivamente, 34% e 12%, ambas se mantiveram muito acima dos níveis de 1980 (25% e 9%). Com a população rural, o quadro ainda é pior: entre 1990 e 1994, a pobreza cai de 56% para 55% e a indigência se mantém (33%); em relação a 1980, ambas também pioraram".

Somente esquecendo de todas essas questões por mim assinaladas, posso concordar com meu "crítico" num ponto. Ao analisar os dados da tabela apresentada em Veja percebe-se que a incidência da pobreza parece ter diminuído. A percentagem da população que vive com menos de 1 dólar por dia caiu de 28,3% para 24% no período 1987-98. Não obstante, esse resultado não foi suficiente para fazer cair o número absoluto de pobres, que na verdade cresceu de 1,2 bilhões em 1987 para 1,5 bilhões atualmente. Assim, a glo-

balização pode até ter ajudado a reduzir o aumento da pobreza, mas não foi suficiente para reduzir o número absoluto de pobres no mundo. Diante desse quadro, somente se o crescimento mundial se acelerasse estaríamos eliminando o número crescente de pobres acumulados e esse número poderia ser reduzido em termos absolutos. Todavia, o progresso na distribuição da renda poderia ser tão eficaz contra a pobreza quanto o crescimento. Essas políticas poderiam até mesmo complementar-se. (Londão. 1997).

Nesse quadro, a globalização necessária, como já assinalado, deveria ser diferente. Quanto a pesquisa da Fundação Heritage (?), para dizer o mínimo, essa desconhece a própria dinâmica atual do processo de globalização. Incorre em erro ou má fé ao achar que os países ficaram fora da globalização por decisão própria (afinal na mesma reportagem encontramos o seguinte: São nações, quase todas da África, que não importam, não exportam, não atraem capital nem têm moeda transacionável. Para esses povos, participar da globalização é a única chance de sair do buraco). Assim, até a reportagem percebe e confirma a afirmação de François Chesnais (1999), de que a globalização tem os traços característicos do contexto macroeconômico mundial dos anos 90, o de colocação de regiões inteiras do globo à margem do sistema das trocas internacionais. Queria lembrar ao Dr. William Bandeira que a tendência da globalização é a da concentração geográfica, na medida em que as atividades financeiras, tecnoprodutivas, comerciais, científicas e culturais concentram-se

"a globalização tem os traços característicos do contexto macroeconômico mundial dos anos 90, o de colocação de regiões inteiras do globo à margem do sistema das trocas internacionais."

nos países da chamada Tríade - Estados Unidos da América, Japão e Europa (Petrelia, 1996).

À concentração geográfica adiciona-se à centralização do capital em escala mundial, este se dando através do acelerado processo de aquisições e fusões dos capitais. Finalmente, podemos acrescentar ainda o aspecto da autonomização do capital financeiro em relação às economias nacionais bem como ao capital produtivo, fato que coloca em risco a própria consistência da globalização (Amaral Filho & Pereira de Melo. 1997).

Por essa via, queremos mostrar que "não é que os países se excluam desse processo; estes são incluídos ou não dependendo do interesse do capital". Todavia, tal dinâmica não impede que determinados países (China, Brasil, Índia, etc.) possam utilizá-la em benefício próprio, controlando o processo de globalização (principalmente o capital financeiro) em proveito e no interesse da nação. Acrescento mais, diz-se que a globalização muda tudo. Todavia, sua difusão nos diversos continentes não é igual. Curiosamente, os países centrais, propulsores do modelo, são os mais reticentes em aceitá-la por inteiro, enquanto a América Latina mostrou-se mais uma vez um continente aberto. Ela já se havia "europeizado" e agora, quase sem retoque, decide "americanizar-se". Aliás, **"o Brasil é um dos campeões na aceitação sem reservas da opção globalitária"** (Milton Santos, 2000). Desse último pensador seria bom meu "crítico" ler: Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal, Record, (2000).

O ponto seguinte, concluído que eu apresento dados favoráveis à globalização incorre em nova falha e agride ao processo da lógica formal. O raciocínio de meu "crítico" parte do ponto errado:

- 1) a comparação que deve ser realizada é entre as taxas de crescimento dos países desenvolvidos e países emergentes (ufanismo para países subdesenvolvidos);
- 2) comparar a taxa de crescimento dos países desenvolvidos e emergentes com a dos países pobres (com pouco interesse para o capital financeiro atual) não significa dizer que os emergentes reduziram a diferença com os países ricos (aliás, como os países pobres apresentam deficiências enormes dificilmente teriam condições de melhorar);

3) o meu crítico não consegue negar e quer camuflar que o crescimento de 2,2% dos países desenvolvidos, contra os 1,8% dos países emergentes aumentou o fosso ou à distância entre as nações mais ricas e as nações emergentes, (e o que é pior, mais ainda com relação às nações excluídas pelo capital nessa fase de medíocre crescimento da economia mundial);

4) diferente do colocado pelo Prof. William Jorge Bandeira, não há nada que prove ou garanta que estes países que se integraram ao processo de globalização melhoraram suas economias.

Com relação a esse quarto ponto e para a América Latina, gostaria de indicar a meu "crítico" a leitura do livro do professor Wilson Cano da UNICAMP, "Soberania e Política Econômica na América Latina", UNESP, 2000; pelo qual tenho uma dívida enorme pelas influências e subsídios. Outro excelente trabalho, "A Hipótese da Convergência: uma análise empírica entre os países 1950-1992" (2000), dos professores Manuel Bosco de Almeida (CAEN/UFPA) e Almir Bittencourt da Silva (UFPI/Doutorando CAEN), constata a reduzida mobilidade no ranking dos países.

Neste último trabalho, os dois professores concluem que os resultados encontrados para uma amostra compreendida para o conjunto de todos os países não indicam a existência de manifestações de convergência, ocorrendo, ao contrário, um processo de divergência nos níveis de produto *per capita* (nível crescimento da heterogeneidade nos padrões de crescimento econômico). Adotando-se por outro lado, o critério de divisão dos países em grupos de países ricos, países de renda média e países pobres, segundo critério do Banco Mundial, constata-se a formação do que se convencionou denominar de "clube de convergência" em que países com características econômicas semelhantes convergem para *steady-states* comuns.

Para o grupo de países ricos, a introdução das variáveis auxiliares – educação e grau de abertura – que não produziram qualquer alteração relevante nos resultados da estimação. Porém, os resultados dos dados para subperíodos entre 1960 e 1990, o variável grau de abertura resultou constituir explicativa importante na taxa de convergência dos países ri-

cos, na medida em que se consideravam subperíodos mais recentes, sugerindo que a política de liberalização do comércio, implementada em anos recentes impulsionou a taxa de convergência entre os integrantes desse grupo. No que diz respeito aos países de renda média e países classificados como pobres, as regressões feitas não resultaram em qualquer alteração significativa nos resultados obtidos e/ou não se mostraram estatisticamente significativas.

No que diz respeito as minhas deficiências, poderia, parafraseando o prof. Luiz Gonzaga Belluzzo da UNICAMP (2000), objetar que "o espaço que o Informe Econômico generosamente me concedeu não foi, no entanto, o bastante para suprir minhas deficiências de idéias e estilo". **Porém, possuir ou não um estilo adequado não é desculpa para renunciar ao combate, tentar esclarecer, ensinar aos alunos e falar da necessidade de um projeto nacional e regional coerente, cuja realização supõe o abandono da estratégia de inserção passiva.** O motivo é simples: não se pode ignorar o fato de que diferentes tipos de economia nasceram devido a distintas diversidades culturais, ou seja, não existe um único modelo econômico que possa ser adaptado facilmente aqui e ali, para servir a esse ideal chamado "globalização" (John Gray, 1999).

É nessa linha que pensamos. Sabemos que ninguém é ingênuo de imaginar que a reforma da sociedade, em um regime democrático, possa ser obtida e se realize de uma noite para o dia. Contudo, quanto maior e mais cedo for iniciada uma luta contra o atual modelo econômico, talvez possa bloquear o processo de desnacionalização em curso e assim, reconstruir nossa nação. Com esse objetivo um dos pontos mais importante é a educação. Para que ensinemos as pessoas a se manterem críticas, atentas e venham a entender e influir no destino da nação. Afinal, a grande maioria dos nossos economistas, equipe economia de plantão e (de) formadores de opinião continuarão repetindo impassivelmente os slogans ufanistas de sempre sobre a "nova realidade internacional" na qual o Brasil tem de se adaptar para não ficar a "margem do mundo" (Batista Jr. 1999).

Finalizando, quem escreve está sujeito a críticas. A boa crítica é sau-

"...diferentes tipos de economia nasceram devido a distintas diversidades culturais, ou seja, não existe um único modelo econômico que possa ser adaptado facilmente aqui e ali, para servir a esse ideal chamado 'globalização'."

dável e faz caminhar a ciência. Ninguém é dono absoluto da verdade. Todavia, meu "crítico" demonstrou uma dose elevada de falta de conhecimento e "imaginação". Apresentou antes de tudo, arrogância, falhas enormes, desatualização e obsolescência precoce (observação: boa parte do material questionando a globalização existente, hoje em dia, vem justamente da UNICAMP, onde o professor William Jorge Bandeira se doutorou).

Apesar de sabedor de uma possível trépica, dou por encerrado essa questão pois esse Informativo:

1) não é local para brigas ou medir forças entre os professores do Departamento de Economia da UFPI;

2) deve servir para esclarecer aos alunos dessa universidade e à comunidade piauiense;

3) atendendo ao pluralismo do atual currículo, todas as correntes devem ter direito a espaço para expressar suas idéias;

4) deve cumprir o Novo Código de Ética do Economista, que apresenta como deveres especiais em relação aos colegas, evitar referências prejudiciais ao seu conceito ●

*Samuel Costa Filho é professor de Economia do Departamento de Economia/UFPI. Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP

CONVERGÊNCIA DO PRODUTO PER CAPITA ENTRE PAÍSES NO PERÍODO 1950 - 1990: UMA ANÁLISE UTILIZANDO DESVIO PADRÃO

Manoel Bosco de Almeida* & Almir Bittencourt da Silva**

A Hipótese da Convergência procura examinar a existência de diferenciais de produtividade ou de renda *per capita* entre países ou regiões, buscando investigar exaustivamente as causas determinantes para a perpetuação dessas disparidades ou mesmo os mecanismos que levam a sua ampliação ao longo do tempo.

A literatura recente sobre esta hipótese tem enfatizado que na realidade existem dois processos de convergência inter-relacionados, porém distintos. O primeiro, denominado β -convergência, refere-se à velocidade com que os países com renda *per capita* inicial menor, alcançariam a renda de equilíbrio de longo prazo do país líder em termos econômicos.

A base teórica e os modelos utilizados para o teste de β seguem a fundamentação do modelo neoclássico de crescimento econômico concebido por R. Solow (1956-57)¹ em que a taxa de poupança e o progresso técnico são componentes exógenos ou modelos com poupança endógena mas progresso técnico exógeno a exemplo de Barro e Sala-i-Martin (1992, 1997)² e Mankiw, Romer e Weil (1992)³ entre outros.

A segunda medida de convergência, σ -convergência, corresponde à dispersão dos níveis de renda *per capita* observado entre países mensurada pelo desvio-padrão⁴. Se essa medida diminuir ao longo do período examinado então haverá convergência, em caso contrário ocorreria divergência, aumentado as disparidades. Ou seja, se $\sigma_{t+T} < \sigma_t$, onde t é o tempo inicial e T refere-se ao intervalo de tempo de observação dos dados, a referida medida indicaria um processo de σ -convergência entre países ou regiões, durante o período de transição. Esta medida está relacionada ao conceito de homogeneização da amostra considerada em termos da variável utilizada para determinação do desempenho econômico dos países.

Friedman (1992)⁵ argumenta que as medidas de convergência baseadas em regressões da taxa de crescimento da variável em análise tomadas em referência a seus níveis

iniciais fornecem medidas tendenciosas, provocando ainda um equívoco estatístico, o qual consiste em interpretar como convergência uma correlação negativa entre taxas de crescimento da variável em análise e o seu valor inicial.

No seu argumento, Friedman mostra em primeiro lugar que se a reta de regressão da taxa de crescimento da variável em análise apresentar uma inclinação negativa pode-se inferir, de acordo com a abordagem tradicional, que houve convergência no período em questão. Assim sendo, esperar-se-ia que a regressão das taxas de crescimento da variável em análise no seu nível final fornecesse uma reta de inclinação positiva, já que quanto maior for o valor final maior a taxa de crescimento no período em análise.

Friedman demonstra, no entanto, que isso não ocorre uma vez que para a mesma amostra de dados encontra-se uma reta de inclinação positiva, mas estatisticamente não significativa, comprovando uma ausência de correlação positiva entre taxas de crescimento e valor final. Tratar-se-ia, portanto, de um estimador viesado de convergência⁶.

Friedman então propõe como medida adequada à convergência, o coeficiente de variação (CV)⁷, que consiste no valor do desvio padrão amostral dividido por sua média. Sendo esta uma medida de dispersão, a convergência estaria comprovada com a redução do CV através do tempo. Nesse sentido, se $CV_T > CV_{T+t}$, dizemos que houve aproximação dos valores da variável em análise entre os períodos T e $T+t$, ou seja, ocorreria convergência e maior uniformidade entre os países.

O objetivo deste texto é o de analisar o comportamento da medida relativa aos desvios padrão, ou seja, de σ -convergência, referente a um conjunto de países ao longo do período 1950-1990, tomando-se como referência uma base de dados internacionalmente comparáveis, construída por Summers-Heston (1992). Esse procedimento tem sido o mais adotado na literatura internacional em função da sua relação

com o conceito de β -convergência, uma vez que a ocorrência desta última constitui condição necessária mas não suficiente para a verificação de σ -convergência.

Esta análise, por outro lado, considera grupos de países ordenados em função dos níveis de renda *per capita* alto, médio e baixo, segundo classificação do Banco Mundial⁸. O objetivo é o de analisar como o processo de convergência se diferencia entre grupos de países, com desiguais níveis de desenvolvimento, apresentando portanto características estruturais diferenciadas e, em consequência, processos distintos de convergência.

Nos testes empíricos objetivando a verificação da Hipótese da Convergência, adota-se como variável básica o Produto Interno Bruto (Real Gross Domestic Product) *per capita* em dólares constantes (Índice de Cadeia), expresso em preços internacionais e tendo como base o ano de 1985. Os dados utilizados têm como fonte básica a Penn World Table (1992) que contém uma série histórica de dados estatísticos com a maior amostra de países tendo como ponto inicial o ano de 1950 e ano final de 1992.

As Tabelas 1 e 2 mostram as séries temporais dos coeficientes de variação e dos desvios padrão relativos aos logaritmos dos produtos *per capita* dos países considerados na amostra para o grupo constituído por todos os países e as respectivas composições segundo a classificação por níveis de produto *per capita* adotada, compreendendo países da OCDE, países de renda média e países pobres.

A Figura 1 (Ver p.28), por outro lado, mostra o comportamento das trajetórias dos σ -convergência para o conjunto de todos os países e para os grupos de países, obtidas a partir dos dados da Tabela 2. O exame dos dados contidos nas tabelas, auxiliado pela observação do comportamento descrito pelas trajetórias dos desvios padrão, possibilita uma sobre o comportamento do σ -convergência.

Conforme podemos observar na

Tabela 2 e Figura 1, constata-se que ao longo do período examinado ocorreu um nítido processo de ampliação das desigualdades econômicas no conjunto de todos os países da economia mundial resultando em um crescimento da heterogeneidade nos padrões de crescimento econômico, ou seja, a medida de σ -convergência cresceu significativamente. Conforme podemos observar na Tabela 2 e Figura 1 (Ver p.28), constata-se que ao longo do período examinado ocorreu um nítido processo de ampliação das desigualdades econômicas no conjunto de todos os países da economia mundial resultando em um crescimento da heterogeneidade nos padrões de crescimento econômico, ou seja, a medida de σ -convergência cresceu significativamente.

Em relação ao conjunto dos países examinados, os dados mostram que, no caso dos daqueles integrantes da OCDE, uma rápida homogeneização nos níveis de produto *per capita* entre os seus componentes, mostrada pelo desvio padrão que cai de 0,56 em 1950 para 0,25 em 1990.

Em seguida, constata-se que os países de renda média apresentam

também uma tendência de queda do desvio padrão, embora esse comportamento tenha sido menos intenso do que no caso dos países ricos. Para esse grupo de países, o desvio padrão caiu de 0,52, em 1950, para 0,44 em 1990. Já em relação ao grupo de países pobres, a tendência de queda do desvio padrão mostrou-se a menos nítida que no demais grupos, significando um processo de homogeneização mais lento entre os seus integrantes. O σ -convergência para esse grupo foi de 0,4 em 1950 e de 0,36 em 1990.

O objetivo do presente trabalho foi o analisar empiricamente a hipótese da convergência dos produtos *per capita* entre países, no período compreendido entre 1950 e 1990. O estudo procurou examinar a referida hipótese adotando a medida de σ -convergência absoluta.

Os resultados encontrados indicam que quando se considera uma amostra compreendida pelo número mais abrangente de países não há manifestação de convergência, ocorrendo ao contrário um nítido processo de divergência nos níveis de produto *per capita*, ou de outra forma, na ampliação das disparidades econômicas.

Adotando-se, por outro lado, o critério de divisão dos países em grupos de países ricos, países de renda média e países pobres, segundo a classificação do Banco Mundial, constata-se a formação do que se convencionou denominar de "clubes de convergência", em que países com características econômicas semelhantes convergem para *steady-states* comuns. Ou seja, há uma manifestação de forte tendência a que países com características estruturais semelhantes permaneçam no seu grupo.

Para o grupo de países ricos, no entanto, verificou-se um forte processo de homogeneização de suas condições econômicas, agravando ainda mais a acentuada tendência de ampliação dos desequilíbrios econômicos mundiais com graves e indesejáveis reflexos para os países mais pobres ●

*Manoel Bosco de Almeida, Phd em Economia, professor do Curso de Doutorado em Economia da UFC

**Almir Bittencourt da Silva, Mestre em Economia /CAEN

TABELA 1

TABELAS DOS COEFICIENTES DE VARIAÇÃO (CV) - DADOS LOGARITIMIZADOS - PERÍODO: 1950/1990; 1960/1990; 1970/1990

GRUPO DE PAÍSES	TAMANHO AMOSTRAL	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990
TODOS OS PAÍSES	54	0,97322	0,098795	0,099849	0,101865	0,102643	0,100874	0,101335	0,106469	0,110290
PAÍSES de RENDA ALTA	23	0,068219	0,059969	0,055461	0,047854	0,039827	0,038202	0,032750	0,032715	0,026574
PAÍSES de RENDA MÉDIA	23	0,070292	0,074068	0,072009	0,069623	0,064374	0,059697	0,057838	0,55299	0,054222
PAÍSES de RENDA BAIXA	08	0,059441	0,058552	0,056158	0,061864	0,064786	0,067907	0,058951	0,56868	0,050984

TABELAS DOS COEFICIENTES DE VARIAÇÃO - DADOS LOGARITIMIZADOS

GRUPO DE PAÍSES	TAMANHO AMOSTRAL	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990
TODOS OS PAÍSES	86	—	—	0,113135	0,117205	0,117437	0,117131	0,119390	0,123769	0,129927
PAÍSES de RENDA ALTA	28	—	—	0,075372	0,069655	0,058384	0,050306	0,042031	0,038238	0,029218
PAÍSES de RENDA MÉDIA	34	—	—	0,068714	0,067420	0,064926	0,059661	0,056044	0,052429	0,051373
PAÍSES de RENDA BAIXA	24	—	—	0,065249	0,068514	0,064709	0,059611	0,054311	0,055149	0,052809

TABELAS DOS COEFICIENTES DE VARIAÇÃO - DADOS LOGARITIMIZADOS

GRUPO DE PAÍSES	TAMANHO AMOSTRAL	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990
TODOS OS PAÍSES	90	—	—	—	—	0,117437	0,117131	0,119390	0,123769	0,129927
PAÍSES de RENDA ALTA	28	—	—	—	—	0,058384	0,050306	0,042031	0,038238	0,029218
PAÍSES de RENDA MÉDIA	36	—	—	—	—	0,063554	0,059315	0,055354	0,052278	0,051049
PAÍSES de RENDA BAIXA	26	—	—	—	—	0,063552	0,057875	0,052469	0,053264	0,051114

TABELA 2

DESVIO-PADRÃO DOS PAÍSES SEGUNDO OS DADOS DA PESQUISA (LOGARITIMIZADOS)

Classe de Países	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990
Todos os Países	0,743	0,768	0,786	0,819	0,841	0,839	0,855	0,898	0,939
Países de Renda Alta	0,559	0,502	0,473	0,419	0,357	0,347	0,302	0,304	0,251
Países de Renda Média	0,520	0,556	0,546	0,537	0,504	0,477	0,470	0,445	0,438
Países de Renda Baixa	0,400	0,398	0,385	0,429	0,453	0,481	0,418	0,402	0,360

ENTREVISTA COM O PROF. FIRMINO FILHO PREFEITO DE TERESINA PELO PSDB

IE: Existe um discurso entre economistas que diz ser político o principal problema do Brasil. Por outro lado, os políticos afirmam que os graves problemas nacionais são econômicos. Como o senhor analisa esta questão?

PFF: Esta pergunta parece muito simples. Todavia existe por traz dela uma complexidade enorme. Nós sabemos que o Brasil não é o país dos nossos sonhos. Convivemos com graves problemas sociais e econômicos, fortes desigualdades, uma miséria muito grande, isto é, com um nível de qualidade de vida muito abaixo do desejado para a grande maioria da população. A primeira pergunta que nós nos fazemos é: Quem é o mordomo? Quem é o culpado de tudo isso? E para isso, é necessário conhecer a história econômica brasileira. Todo o pacote de história que nos trouxe essa realidade de hoje. O fundamental é que façamos alguma coisa no presente, ou seja, diante dessa realidade. Essa realidade nos induz para o inconformismo. Nos revoltamos contra as injustiças presentes e temos que propor alguma solução. Não apenas no discurso, mas alguma coisa concreta. Esse é o desafio para os políticos e para os economistas. Não somente para o político e o economista; mas para o judiciário, o executivo, o legislativo, a União, o Estado, e os Municípios. Porque, na realidade, o problema é de todos e o culpado e o inocente somos todos nós. O bloco histórico envolve todos nós. A partir desses fatos é que devemos desenvolver uma capacidade de interferir na nossa realidade e, nós economistas, temos um papel importante nisso: oferecer alternativas para a sociedade que possibilitem e permitam uma política que melhore a qualidade de vida das pessoas.

IE: O senhor foi Secretário de Finanças e atualmente é o Prefeito de Teresina. Em qual das duas atividades o senhor encontrou maior dificuldade para executar as suas funções?

PFF: O secretário tem 90% de poder e 10% das responsabilidades do prefeito. O cargo de secretário oferece

mais possibilidades do que limitações. Na verdade, o cargo de prefeito é muito mais complicado, porque o nosso sistema personaliza muito. Então, as cobranças não são institucionais, são pessoais ao prefeito. Você tem que conquistar concretamente a solidariedade e este compromisso com a cidade. Atualmente, se vive numa máquina estatal que é muito limitada do ponto de vista financeiro, do ponto de vista legal, do ponto de vista administrativo. Acho que o secretário tinha muito do poder do prefeito mas, não tinha muito das responsabilidades, das cobranças do cargo. Então minha vida como secretário era menos estressante.

IE: Quanto ao problema da segurança na cidade, da quase guerra civil que presenciamos no nosso cotidiano, sempre se coloca como solução o aparelhamento da policia. Existe porém o outro lado. A questão social, o desemprego, que vem se agravando nessas últimas décadas. Como a sua administração encara este impasse?

PFF: O município tem recebido várias funções ao longo do tempo. No período da ditadura, tivemos uma centralização muito forte no âmbito federal, onde a burocracia de Brasília conseguiu reformar o Estado Brasileiro. Ao longo do processo de democratização tivemos uma descentralização do poder e maior legitimidade, principalmente no município. Hoje, os municípios respondem por mais funções. Recebeu a municipalização do SUS, do trânsito, da saúde, da assistência social, da segurança pública. A operação desmonte, que foi discutida nos anos 80, aconteceu de uma forma meio desordenada. Os municípios receberam responsabilidades múltiplas e, apesar de terem recebido, no início, uma boa dose de recursos da Secretaria de Fazenda, estão chegando a seu limite. Uma das tensões no município é justamente a questão da segurança. Porque eu digo tensão? Porque a Constituição Federal diz que segurança pública é uma questão do Estado e da União. Todavia, cabe ao município tão somente a possibilidade de criar uma Guarda Municipal para cuidar de seu patrimônio próprio

ou seja, a prefeitura não é responsável pela segurança pública. Moral da história: as prefeituras vivem o problema urbano da violência, e da falta de segurança. Tem obrigação política com isso, então, atua solidariamente apoiando a Polícia civil e a Polícia Militar com a doação de veículo, de terreno, reforma de delegacias. Ocorre que para que a prefeitura tenha condições de oferecer segurança pública, surge a necessidade de viabilizar recursos suficientes para bancar uma segurança compatível com a necessidade da cidade. Política na linha da responsabilidade fiscal.

IE: Sobre a questão da segurança, existem graves problemas que precisam ser resolvidos: a questão social, viabilizar e valorizar a Ética, valores na sociedade que precisariam ser reintroduzidos.

PFF: As duas coisas são excludentes, possuem dimensões distintas. A política mais correta, até do ponto de vista econômico, é justamente a preventiva. No ponto de vista da segurança, é importante atuar de forma a prevenir a realização dos crimes, dos delitos, das contravenções. E esta política passa a ser social, política repressora. É necessário realizar algumas atitudes de forma repressiva, de forma emergente com o objetivo de controlar a situação. Você não pode fazer saúde preventiva dizendo no hospital: "Olha, a partir de hoje não vamos mais atender ninguém que está doente!". Não existem condições morais para você tomar atitudes radicais. Então, temos que mesclar atitudes de cura com atitudes preventivas. Uma política mais social e uma política mais repressiva, que é uma política de força, de segurança.

IE: Diante de todas as questões sociais e políticas da economia brasileira e frente ao contexto da década de 90, na sua opinião, o Estado precisaria ser reforçado ou deve ser retirado da nossa economia?

R- A questão do Estado, no meu ponto de vista, não pode ser enca-

O prefeito Firmino Filho é professor do Departamento de Economia /UFPI. Afastado do ambiente acadêmico para assumir a prefeitura de Teresina, prof. Firmino discorre sobre economia, questões fiscais e tributárias, segurança e universidades. O espaço restrito nos força a publicação de somente alguns dos tópicos levantados pelo prof. Samuel Costa nesta entrevista concedida ao

INFORME ECONÔMICO. A transcrição das fitas foi realizada pelas alunas do Curso de Comunicação Social/UFPI, Fábria Adriana Vieira e Sileli Rocha.

Confira !

carada de maneira ideológica. Não precisamos de um Estado nem maior nem menor, precisamos de um Estado melhor. Um Estado que faça melhor saúde, melhor educação, cuide melhor das estradas, que cuide melhor da universidade. O formato para se conseguir esse objetivo depende da criatividade, depende da nossa cultura. Precisamos ter flexibilidade para recriarmos um Estado que seja eficiente tanto em termos econômicos, quanto em termos sociais. Seja também em termo de abertura da máquina do Estado. A grande questão não é diminuir o Estado, é fazer um Estado melhor. Acho o processo complicado, na medida que esta discussão vai para o terreno ideológico, tanto do ponto de vista dos liberais quanto do ponto de vista dos mais intervencionistas. Temos que analisar a questão da eficiência. Qual o objetivo do Estado? O Estado tem obrigação de prestar um serviço educacional de qualidade para todas as crianças? Então, vamos ver um formato que leve o Estado a atingir esse objetivo. Questão da saúde: qual o objetivo do Estado? Gerar serviços de saúde para todos e de qualidade? Então, vamos ver qual o formato possível, dentro de nossas limitações, para implementação e dessa forma criar várias vertentes. Não devemos ter, qualquer tipo de preconceito, nem na esquerda nem na direita. Nós temos obrigação de buscar a racionalidade, a intervenção do Estado dentro da sociedade.

IE: Como o Senhor analisa a Lei De Responsabilidade Fiscal?

PFF: Teresina, felizmente, não tem nenhum tipo de problema à curto prazo. Temos ainda algum tempo para nos adequarmos aos novos parâmetros, mas a curto prazo não existe nenhum tipo de dificuldade na implementação. Tenho, entretanto, um sentimento contraditório em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Por um lado, é importante que a gente tenha a garantia de um equilíbrio. Uma maior saúde financeira para os municípios, para os Estados, para a própria União. É importante tentar criar parâmetros que garantam as solvências dos Estados, dos Muni-

cípios, da União. Por outro lado, nos preocupa muito o fato de termos uma lei que estabeleça parâmetros únicos definidos para diferentes cidades, para diversos Estados, ou seja, a partir de Brasília, temos decisões que devem ser seguidas e que diz exatamente quanto o município deve investir em pessoal. Só um exemplo para mostrar o quanto essa lei pode trazer complicações. Suponhamos que determinada cidade resolva investir somente em educação. Quer garantir que exista educação para todos e de qualidade. Tem que pagar bem o professor, construir boas escolas, tem que ter carteira, tem que ter merenda escolar, tem que ter material para tal. Quem trabalha com escola sabe que mais de 80% do gasto é com pessoal. Na pior das hipóteses o município vai estar fora da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, aquela pequena cidade, aquela média cidade, não poderia ter optado apenas por educação. Ela teria que optar por educação e um outro serviço, que fosse menos intensivo em mão de obra para poder se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal. Se essa cidade optar por educação e saúde também, dificilmente, vai poder se adequar à Lei. Ela teria que optar por outras funções que utilizem menos mão-de-obra. Estamos colocando em reflexão a existência de parâmetros, colocar limitações na locação de recursos. Esse fato cria uma dificuldade muito grande para o administrador. A legislação preocupa-se com o meio e esquece do fim. O fundamental é que você preste um serviço de boa qualidade. É fundamental que você tenha educação para todos, saúde para todos, ensino de qualidade. Ao invés de nos mostrar os meios, de dizer quanto eu tenho que aplicar em educação, saúde, em pessoal, em pagamentos de dívidas, não adianta eu ficar me preocupando com o fundamental. Enquanto a gente está discutindo se o governo gasta 50%, 65%, 70%, a fila no hospital continua. Temos que mudar o enfoque do Estado brasileiro. Ao invés de nos preocuparmos com o meio, com o orçamento, com o estatuto, com os recursos, temos que nos preocupar

com o resultado completo e efetivo. Quantas crianças estão na sala de aula? Essas crianças estão aprendendo alguma coisa? É necessário existir um Tribunal de Contas e de Resultados porque não adianta você ter um Estado que legalmente se comporta bem, e não produz os resultados efetivos. Mesmo se as conta estão todas aprovadas, você pode estar diante de uma administração absolutamente medíocre, que não faça nada, que não constrói nada, que faça boa prestação de serviço. A nossa cultura ainda é lusitana. Criamos um Direito muito detalhista, uma burocracia muito dominante e asfixiante. Esse tipo de concentração dos meios faz com que a gente esqueça os fins. É um desafio muito grande mudar a forma de pensar o Estado.

IE: Qual a sua análise sobre a Reforma Tributária?

PFF: Existem duas formas de se fazer uma reforma. De forma autoritária, como foi feita de cima para baixo. Você chama a via de técnica, bate o martelo, faz-se uma coisa do ponto de vista técnico, mas coloca-se outro sistema em andamento. A segunda forma é a democrática, onde você tem que ouvir todas as partes envolvidas e criar um consenso para levar essa reforma adiante. O que acontece na Reforma Tributária, especialmente em Brasília, é que você tem tantos interesses conflitantes que não tem espaço para construir um consenso. De um lado você tem a sociedade que quer pagar menos imposto e quer um sistema tributário mais simples. Do outro lado, você tem o Estado que é dividido em várias fatias: a União, o Estado e os municípios. Essas fatias conflitam entre si, a União vive criando formas de não transferir recursos para o Estado e municípios. Os Estados tentam de alguma forma não transferir recursos para os municípios, e os municípios ficam no final da cadeia. Existem ainda permeando a sociedade os conflitos internos. Os empresários querem menos impostos para as empresas. A classe média quer menos imposto

sobre renda e a grande massa, que paga uma grande carga tributária, não se mobiliza porque o imposto que ela paga não vê. Ela não percebe porque são os impostos indiretos. Os conflitos são tão grandes que a União ainda não tem condições políticas de criar uma reforma tributária aceitável por todos os agentes envolvidos. Eu acho que ainda vai demorar muito tempo, o que é péssimo para o país, principalmente, tendo em vista as questões econômicas, com a globalização. As pessoas não gostam de pagar imposto brasileiro, existe uma tendência inerente ao processo de globalização que é da uniformização da estrutura tributária, ou seja, você vai competir, não em termos de quem tem mais ou menos imposto, você vai competir com os outros fatores, como a questão gerencial, como a questão tecnológica, mas não com imposto. É um contra-senso um país querer exportar imposto para outros países porque ninguém vai comprar. Isso está acontecendo no Brasil. A nossa vocação exportadora, que sempre existiu, está desaparecendo. Uma das suspeitas é de que nosso sistema tributário dificulta muito a capacidade de competir lá fora. O Brasil é um país fechado. É um País que apesar de todo aquele discurso exportador, nunca se abriu. Está entre os cinco ou seis países mais fechados do mundo. Você pode medir isso aí em qualquer relação entre importação, exportação e PIB. Então, precisamos ainda nos abrir e um dos passos importantes para isso é a Reforma Tributária. Quanto a essas reformas que estão sendo feitas, acredito que elas têm um *time* equivocado. A reforma necessária para o País é a Reforma Política, todas as outras são decorrentes. As próprias regras do jogo político determinam o resultado de todas as reformas que estão sendo feitas por aí. É justamente o nosso quadro político que não permite o consenso que viabilize a Reforma Tributária. Por que? Porque nosso sistema, em primeiro lugar, não fortalece o partido político, fortalece pessoas e o que é pior, faz com que o poder seja pessoal (poder pessoal e intransferível). Qual a decorrência disso? Elegemos pessoas que não têm base partidária para governar. Os dois últimos presidentes da República eleitos democraticamente se enquadram nesse processo. Não tinham base para governar e tiveram que fazer alianças com grupos de pessoas para poder governar. O pro-

jeto político do partido fica restrito em virtude da luta pela divisão de poder, por uma barganha de poder. Precisamos incentivar o fortalecimento dos partidos e a sua concentração. É complicado o desenvolvimento de uma democracia com dez, quinze, trinta, quarenta partidos. Aliás, o próprio povo está percebendo esse fato, e eleição após eleição, já está concentrando. Ocorre que esse processo de aprendizado pode demorar muito. Poderíamos através da legislação tentar de alguma forma preservar os partidos que fossem históricos e abreviar esse processo. Somente partidos fortalecidos defendem teses que são coletivas. As pessoas podem defender diferentes teses, então você não vai ter nunca a certeza de um compromisso, de um programa, da efetivação de um programa partidário quando uma pessoa chega ao poder. Ela chegou ao poder e, geralmente, chegou com vários partidos e não com um partido só. Além de fortalecer os partidos políticos, precisamos implementar a fidelidade partidária e acabar com essa brincadeira de trocar de partido como se troca de camisa. É um desrespeito ao eleitor, é um desrespeito à democracia que fatalmente provoca o enfraquecimento dos partidos políticos. Nós temos que criar o voto distrital de alguma forma. É importante que possamos diminuir a influência do poder financeiro sobre a eleição. Essa influência torna-se evidente nas eleições proporcionais, eleições para vereador, para deputado federal, deputado estadual. É muito forte a *força do dinheiro* nessas eleições. É uma forma de reduzir isso, seria ter financiamento público para as eleições (tese que eu concordo). Facilita e melhora muito a condição de competição de vários partidos que não tenham a estrutura financeira, principalmente os partidos, mais a esquerda, e ao mesmo tempo possibilita a realização de eleições. As eleições distritais são quase que majoritárias porque diminui a *força da grana* na eleição de um deputado distrital, por exemplo. Existe a necessidade, também, de rever posicionamentos. Particularmente sou parlamentarista. O Brasil vive hoje uma segunda questão que é importante. Definir o que o Brasil é. Se é presidencialista ou parlamentarista. Ou nós somos uma coisa ou outra. Não é da nossa tradição ser parlamentarista. Isso o povo já rejeitou no plebiscito. Mas se somos presidencialistas, temos que ter um modelo que seja presidencialista. Não pode-

mos aceitar que o Presidente da República fique cativo das forças que dominam o Congresso Nacional. Sabemos como é que essas forças operam no Congresso Nacional. O que elas fazem para se manter lá, ou seja, não é eleger um "Fernando" ou um "Luís" que resolve a situação, quer dizer, vamos continuar ainda "garroteado", pelo Legislativo...

IE: Com relação ainda a Reforma Tributária, o Senhor veria alguma chance de aumento de alíquota?

PPF: O grande dilema não é que a carga tributária seja alta. É que ela é desigualmente distribuída. O problema é que existem setores que pagam demais e setores que não pagam quase nada. Acho que o grande pacto que deve guiar essa Reforma Tributária é a luta pela redução de alíquotas, pela desburocratização, aliado ao aumento da base de arrecadação. O Brasil tem poucos fiscais. A Receita Federal tem seis, sete mil fiscais. É muito pouco. Aqui em Teresina, por exemplo, nós devemos ter doze Fiscais Federais. Só na prefeitura, existem aproximadamente quarenta fiscais do ISS. No Estado deve ter cento e sessenta, ou seja a União arrecada muito mais do que o Estado e Município. A União tem poucos Fiscais, ou seja, arrecada com Lei quando ela deveria arrecadar com fiscalização, indo atrás de quem está sonegando, desenvolvendo estratégias de combate à sonegação. Acho que esse é o grande passo: a redução de alíquotas, simplificação e aumento de fiscalização. Aumentar a base e aumentar a arrecadação e, ao longo do tempo, implementar de maneira eficaz a justiça tributária. E justiça tributária se faz com a redução dos impostos indiretos e elevação dos impostos diretos. Temos um preconceito muito grande no Brasil: gostamos do imposto que a gente não vê. Você não sente quando está comprando uma caneta, uma máquina, uma mesa.. Você está pagando ICMS, IPI, COFIS e tudo mais. Todavia quando o cidadão vai pagar o imposto de renda, o IPTU, uma vez por ano, sente uma facada no coração. Existe o preconceito contra os impostos que são visíveis e que são os impostos diretos. Do ponto de vista da justiça tributária são os melhores impostos, porque imposto direto você pode discriminar aqueles que ganham pouco, daqueles que ganham mais. Para aqueles que ganham mais, você pode discriminar qual é a alíquota e tratar de forma

desigual os desiguais. Porém, com os impostos indiretos, aqueles impostos que a gente não vê e que as pessoas acham que não existem, a gente trata igualmente todos os desiguais. Dessa forma, o homem mais rico da cidade, paga a mesma quantidade de imposto que o homem mais pobre da cidade. Paga quando vai comprar um quilo de arroz, um quilo de farinha. Precisamos desenvolver uma consciência cidadã em relação aos impostos. É importante que a gente veja os diversos impostos que estamos pagando. Quando o imposto é visto, podemos observar como é feita a distribuição das cargas tributárias entre as pessoas.

IE: O Senhor conseguiu se reeleger com um índice bastante elevado e com folga já no primeiro turno. Na sua administração, o Senhor colocou a população carente como principal beneficiado fazendo com que a conjuntura nacional deixe de ser importante. A idéia é essa?

PFF: A questão é muito mais administrativa, muito mais gerencial. As pessoas vêm na cidade problemas concretos. O que elas esperam da prefeitura do prefeito? Que enfrente esse problema. Já existe a consciência de que não podemos transformar uma cidade em quatro anos. É em uma utopia. Existe o conceito também de que a prefeitura tem que enfrentar os problemas. Então, o que temos que fazer? Em cada uma das áreas de atuação da prefeitura enfrentamos os problemas e mostramos resultados. Não acabamos com todos os problemas, mas enfrentamos e conseguimos alguns avanços. Se queremos uma cidade diferente, demonstramos e damos alguns passos importantes que nos leve a essa cidade diferente. Quando falamos sobre a cidade futuro, falamos da busca pela construção de um sonho. Ocorre que não estamos somente sonhando. Estamos a caminho desse sonho e temos a obrigação de mostrar que estamos a caminho. Como é que a gente mostra? Em cada uma das áreas temos que demonstrar que estamos trabalhando. Toda a população reconhece isso.

A eleição para prefeito é muito pouco ideológica, muito pouco baseada em projetos nacionais. Ela é baseada nas questões locais. Nessa última eleição municipal observamos isso. Os bons prefeitos que a população indicou, através de pesquisa de opinião pública como bons administradores, foram reeleitos. Havia uma suspeita de que a reeleição iria conduzir o prefeito automaticamente ao cargo, mas isso não aconteceu. A grande parte dos prefeitos que foram candidatos à reeleição, perderam. Grande parte não teve nem condições morais ou políticas de se candidatar à reeleição. A população está preocupada com o gerenciamento da cidade, a administração dos problemas. Enfim, es-



tá preocupada com a educação, com o trânsito, com o transporte, com a crianças. São questões concretas administrativas, que a população quer que sejam enfrentada à curto prazo.

IE: Em 1999 o curso de economia da UFPI obteve nota B no Provão e em 2000, nota A. Qual é a sua opinião sobre esses resultados?

PFF: Eu fiquei muito feliz quando vi o conceito A do curso de economia. O Departamento está de parabéns. Todos os professores, servidores e alunos. O Departamento tem grandes valores. Acredito que o nosso estudantado tem potencial. Este conceito obtido deve servir como incentivo. Apesar de todas as dificuldades, todas as adversidades, o DECON conseguiu resultado positivo. Tem que ser interpretado como desafio para que a gente possa fazer melhor. Temos que nos preocupar também com a questão do mercado de trabalho. Qual a nossa relação com

o mercado de trabalho? Ele vai conseguir emprego do outro lado? Será que é isso que o mercado está precisando do outro lado? Eis uma questão de fundamental importância. Nós estamos com bons economistas segunda avaliação externa, mas temos que colocar bons economistas na avaliação do mercado, para que esses economistas possam exercer sua função e realizarem-se como profissionais e servir à sociedade. Outra questão também importante é o custo de obtenção disso. Quanto custa para a sociedade cada aluno formado. A taxa de evasão não pode continuar. É necessário a existência de uma estratégia para acabar com a evasão. Precisamos estar mais integrados com a sociedade. Não apenas com o setor público. Mas mais integrados com as ONGs, com a realidade. É preciso despertar um senso maior de responsabilidade dos nossos alunos, até para que haja mais motivação. É necessário motivar um senso de compromisso para com a transformação. Maior senso de compromisso até com o próprio mercado de trabalho.

IE: Como o Senhor analisa a proliferação das universidades particulares?

PFF: Grande parte da população não chega a universidade. É filtrada ao longo do caminho. Em todos os setores, temos demanda reprimida. Se as universidades particulares absorverem essa demanda reprimida, elas vão adicionar uma massa de formandos a mais no mercado. A qualidade desta massa tem que ser questionada. Deve existir uma política de controle dessa qualidade. Daí a importância do Provão, daí a necessidade de mecanismos de fiscalização desses cursos lançados. O papel a ser desempenhado pela universidade federal continua sendo central e determinante. Todavia se faz necessário que se preserve os valores dela e melhore suas pesquisas, sua extensão. Imobilizada ela perde seu espaço. As universidades federais vão ter que competir: O mercado

vai exigir mais delas. O tempo atual exige formas diferentes de educar. Nós temos que estar abertos a essas mudanças, senão seremos engolidos. Esse é o grande desafio das universidades federais.

IE: Qual o tratamento dispensado pelo FHC às universidades federais?

R- Como professor universitário eu esperava do Presidente Fernando Henrique um tratamento diferenciado com relação à universidade. Sabemos da importância e do papel do conhecimento. Sabemos da história do Fernando Henrique Cardoso. Achávamos que ele faria mais pela universidade. Talvez o que tenha acontecido tenha sido uma escolha de prioridade. O ministro da educação deixou claro que começaria a re-forma a partir do ensino básico. Na verdade, a universidade ficou presa ao tratamento que foi dado ao setor público como um todo, dentro da reforma mais terrorista que foi feita contra o servidor. Agora, não precisamos ter uma postura consistentemente ante o servidor, pelo contrário. Acho que você só presta um serviço de qualidade se você tiver o agente prestador de serviço motivado, empolgado e comprometido. Esse foi o grande erro do governo de FHC- o tratamento dado ao servidor como um todo. Verifica-se a ausência de uma política de valorização do servidor efetivo. E a universidade toda entrou dentro dessa vala comum. A reforma da educação brasileira começou pela educação de base. Nós gostaríamos que com o tempo ela continuasse e pudesse chegar até a universidade. A universidade tem que servir mais - em termos de pesquisa, extensão e de ensino. Proporcionar escolaridade para um número cada vez maior de pessoas. E ao mesmo tempo, valorizar e confiar mais nas pessoas que fazem a universidade. O ensino básico foi bastante ampliado na segunda metade da década de noventa, por conta do aumento da rede pública. Na cidade de Teresina, por exemplo, toda criança de 7 a 14 anos está na escola. O desafio agora é qualitativo. É a redução das taxas de evasão, redução de taxas de repetência e aumento da qualidade na educação. Enfim, é mostrar para a sociedade que está se fazendo educação, e educação com qualidade ●

Notas sobre os ciclos econômicos da agropecuária piauiense

William Jorge Bandeira*

Ao longo de toda a História do Piauí a agropecuária sempre se apresentou como a base da economia estadual. Desde o século XVII, o setor rural piauiense passou por quatro fases (ciclos econômicos) bem distintas de sua evolução.

Na primeira fase que vai do século XVII ao final do século XIX, reinou quase soberana a atividade pecuária, embora o algodão tenha tido alguma importância em um determinado momento, conformando novas relações de produção no campo e geradora de divisas para os cofres públicos.

A pecuária passou por dois momentos distintos. O primeiro, quando as fazendas piauienses participaram ativamente do comércio de carne no Nordeste e em Minas Gerais e, num segundo momento, quando perde esses mercados e se transforma em atividade de caráter de subsistência. A pecuária foi importante na formação do povo e da estrutura agrária prevalecente até hoje. Estrutura altamente concentrada em termos de propriedade das terras, mas pouco contribuiu para a formação de uma economia mais moderna e diversificada, dado que a mesma era desenvolvida com baixos níveis tecnológicos e relações de trabalho não-monetizadas.

O extrativismo dominou a cena econômica durante a primeira metade do século XX. Durante o período de 1900 a 1950, o extrativismo representou a participação do Piauí no mercado externo através da exportação de borracha de maniçoba, cera de carnaúba e amêndoa de babaçu. Cada qual sendo importante em sub-períodos diferentes determinando mudanças de grande vulto nas relações econômicas estaduais, sobretudo na conformação de uma estrutura comercial mais densa e avanços significativos no contexto urbano (formação das cidades) e no setor público.

No entanto, o extrativismo, a exemplo da pecuária, não propiciou

grandes avanços na modernização e na diversificação da economia, pois não foi capaz de gerar acumulação de capitais financeiros suficientes para aplicar em outras atividades, não propiciou desenvolvimento tecnológico, dadas as condições precárias de produção e relações de trabalho bastante espoliativas (com baixo grau de monetização). Com isso, não foi capaz de gerar demanda para outros setores. Mas, o extrativismo ajudou a consolidar uma estrutura agrária concentrada, praticamente completando os efeitos da pecuária, pois se desenvolveu em regiões de pouca intensidade da presença da pecuária e, como esta última, exigia grandes áreas territoriais para viabilizar uma unidade produtiva rentável.

“Essas relações formaram o chamado latifúndio, que para nós é definido como uma unidade produtiva de baixa produtividade...”

Com a crise de mercados para os produtos do extrativismo no final dos anos 50, o setor rural piauiense inaugura um novo ciclo econômico. Com ele, a economia estadual se integra mais com a economia nacional, em que as relações econômicas predominantes se dão com maior intensidade com o sudeste do país. Este ciclo se estende de 1950 a meados dos anos 70.

Sua maior característica estrutural se refere ao desenvolvimento do sistema latifúndio-unidades de subsistência. Os grandes proprietários de terras, por falta de outras opções, em virtude

de condições desfavoráveis de produção, passaram a valorizar suas terras através da utilização das famílias não-proprietárias, que recebiam pequenas parcelas de terras em troca de pagamento de renda, desenvolvendo, com isso, as relações de parcerias e/ou de pequenos arrendamentos. Assim, essas relações passaram de uma participação de menos de 5% em 1950 para mais de 50% em 1970

Essas relações formaram o chamado latifúndio, que para nós é definido como uma unidade produtiva de baixa produtividade por causa da utilização de técnicas rudimentares, contendo, portanto, relações de trabalho de subordinação entre o proprietário e as diversas famílias que são obrigadas a pagar renda e trabalhar nas tarefas da unidade latifundiária, seja no manejo do gado, na construção de cercas e outras benfeitorias, atividades de plantio e colheita, trabalhos caseiros e outros.

As unidades produtivas de subsistência foram formadas por famílias proprietárias (ou contendo apenas a posse de terras devolutas) de pequenas parcelas de terra (até 5 ha) que trabalhavam em condições precárias e baixo nível tecnológico, dependentes de bom tempo, cuja produção, devido a baixa produtividade, era, em sua maior parte, consumida pela própria família. O excedente vendido era pouco significativo, o qual representava apenas um complemento de subsistência, servindo para a compra de outros bens necessários ao consumo diário.

A formação deste sistema era portanto o mais racional considerando as condições pre-existentes de baixo nível tecnológico, a não existência de um mercado de trabalho, a distância de centros consumidores, a baixa fertilidade das terras e a quase inexistência de integração interna com outras atividades econômicas, sobretudo industriais. Essa situação veio intensificar ainda mais a condição de atraso da economia estadual, dentro do contexto nacional.

Finalmente, a partir de meados dos anos 70, inicia-se um novo ciclo econômico da agropecuária piauiense, o qual pode ser chamada de "modernização conservadora", pois representa a integração com o processo nacional de introdução de insumos modernos no

campo, que é a formação do complexo agro-industrial brasileiro. O Piauí integra-se nesse processo através dos programas governamentais patrocinados pelo governo federal (incentivos fiscais e financeiros) e o financiamento de instituições internacionais (BIRD e BID).

Surgiram programas para financiar grandes empresas como o Finor-Agropecuário, os programas de reflorestamento e de irrigação (Pro-Várzeas e outros). Para os pequenos produtores aparece o Polonordeste com amplo programa que financiava sobretudo obras de infra-estrutura como estradas, eletrificação, escolas, hospitais, crédito, assistência técnica e outros.

Esses programas foram implantados praticamente num vazio econômico, onde inexistia um mercado de trabalho, os agricultores eram despreparados por falta de programas de treinamento e por causa do grande índice de analfabetos no campo e, sobretudo por falta de um planejamento econômico global por parte dos governos estadual e municipais.

“Esses produtores detinham apenas 1,3% das terras apropriadas, enquanto que os produtores proprietários detinham 92,9% das terras apropriadas.”

Além disso, em virtude da correlação de forças políticas desigual, mesmo os programas dirigidos aos pequenos produtores foram apropriados pelos grandes proprietários. O resultado não poderia ser positivo. A pobreza no campo aumentou, foi acelerado o processo migratório, as empresas financiadas, em sua grande parte, desviaram recursos para outras atividades, foram intensificados os mecanismos de concentração da terra e da riqueza no campo. As unidades produtivas modernizadas e integradas ao mercado não ultrapassaram 15% das unidades produtivas no campo.

Por isso, até hoje ainda predominam as unidades arcaicas formadas no ciclo anterior.

Vale a pena mostrar alguns dados referentes ao ano de 1995, registrados no Censo Agropecuário do IBGE. Em 1995 existiam cerca de 208.111 estabelecimentos, dos quais 83.200 (40%) eram de parceiros e arrendatários, o que mostra a forte presença do latifúndio.

Esses produtores detinham apenas 1,3% das terras apropriadas, enquanto que os produtores proprietários detinham 92,9% das terras apropriadas. Em termos de utilização de insumos modernos, apenas 1,7% das unidades possuíam assistência técnica, 4% usavam adubos e corretivos, 0,7% utilizavam práticas de conservação de solos, 2,4% utilizavam irrigação, 41,4% usavam procedimentos de controle de pragas e doenças.

Outros indicadores referentes a modernização, mostram que cerca de 7,5% da força de trabalho utilizada são de empregados. Em 1975, o IBGE registrou apenas cinco (5) produtores de soja, 546 de tomate, 7.728 de banana, 2.847 de cana-de-açúcar, 80 de café e 5.267 de laranja.

As exportações do Piauí em 1998 giraram em torno de 53 milhões de dólares, onde os produtos agrícolas participaram com cerca de 87%. Fato que mostra avanços importantes na agropecuária piauiense nesta sua fase mais modernizada. No entanto, ainda prevalecem as unidades arcaicas, determinando um setor ainda atrasado.

Parece claro que ações isoladas em favor do setor não vem dando resultado. É necessário, pois, uma ação planejada que contemple as atividades econômicas como um todo, procurando-se integrar a agricultura com a indústria e os serviços, principalmente com a estratégia de criação de pólos agro-industriais em várias regiões do Estado●

*William Jorge Bandeira é professor do Departamento de Economia da UFPI e Consultor da WJB - Consultoria & Projetos Ltda. Doutor em Economia pela UNICAMP.

ASPECTOS DA PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

Ricardo Azevedo Silva*

INTRODUÇÃO

A questão da privatização no Brasil oferece um vasto campo para discussão. Na década atual temos presenciado um elevado número de empresas públicas e concessões passando para as mãos da iniciativa privada, muitas delas pertencentes a setores estratégicos. Com isto, vem sendo reduzida significativamente a presença do Estado na economia do país. Devido ao vulto desse processo, certamente seus reflexos não serão poucos, e, avaliá-lo constitui importante tarefa.

Até que ponto o país irá usufruir das vantagens apontadas pelos analistas favoráveis à privatização, torna-se um ponto a ser explorado.

Ao entrar nesta discussão, a primeira parte deste ensaio expõe o discurso favorável à privatização; a segunda parte discute a importância das empresas estatais e as implicações da privatização na economia. A terceira parte discorre sobre como tem sido conduzido o processo de privatização brasileiro e aponta seus resultados. Finalizando apresento algumas considerações finais.

A VISÃO FAVORÁVEL À PRIVATIZAÇÃO E SUA CRÍTICA

O Programa Nacional de Desestatização (PND) instituído no governo Collor constitui marco efetivo de um movimento de privatização de grandes proporções no Brasil. Esse programa tem na redução da dívida e déficit público um de seus objetivos básicos. Prevê também a promoção da competitividade e da democratização do controle do capital das empresas brasileiras.

Os propósitos oficiais com que se impõem as privatizações no Brasil baseiam-se em argumentos basicamente encontrados na visão liberal.

A política econômica liberal defende o enxugamento do Estado, devendo este se restringir ao mínimo indispensável ao funcionamento da sociedade capitalista, desfazendo-se de suas empresas produtivas e reduzindo a regulação sobre a economia (Cano, 1995).

A visão liberal afirma que há pe-

netração excessiva do Estado na atividade produtiva e, sustenta ainda, que a empresa estatal é intrinsecamente ineficiente. Para esses liberais, a empresa estatal é sempre passiva de "captura" e subordinação como instrumento de política econômica bem como instrumento de interesses "particularistas". (Prado, 1994).

Para os liberais ocorre uma desordenada imposição de diretrizes governamentais às empresas estatais. A desestatização é tida como um elemento fundamental para aumentar a eficiência e a competitividade dos países e assim, conferir viabilidade à maior penetração das importações. Dessa forma, a privatização faz parte de um processo mais amplo de mudança institucional, com alcance geográfico e de forma abrangente. Defendem a execução de um programa de desestatização combinado com abertura ao exterior e desregulamentação da atividade econômica.

Outro grupo de analistas, embora reconhecendo o importante papel desempenhado pela intervenção estatal na política de industrialização, entende que essa função teria se esgotado após a complementação do processo de substituição de importações e da plena implementação dos setores básicos. Vêm a privatização como um desdobramento natural, acreditando na superioridade do livre mercado para ordenar o processo de crescimento e modernização da economia.

Dentre os principais argumentos do propósito oficial, aparece constantemente e com maior ênfase a promessa de que a privatização traria preços mais baixos para o consumidor graças a maior eficiência das empresas privatizadas.

Prado (1998), entretanto, atenta para o fato de que uma empresa pode ser mais "privada" nas mãos do Estado do que com a iniciativa privada, dependendo do grau que essa empresa estatal se aproxima ou se afasta de um *tipo ideal de gestão privada*. Os fatores que afastam as empresas estatais desse tipo ideal constituem argumento para aqueles que defendem a privatização. Esses fatores se manifestam na:

a) Política de compras (insumos e bens de capital) que incorpora objetivos de políticas econômicas globais (balanço de pagamentos) ou setoriais (políticas industriais e regionais), ou privilegia grupos ou setores econômicos por razões política;

b) Política de emprego e salários incorporando objetivos de política macroeconômica ou regional ou assimilando pressões corporativas dos sindicatos do setor estatal;

c) Políticas de preços e tarifas incorporando objetivos de subsídio setorial ou de programas de estabilização, ou ainda, assimilando interesses privados à frente dos setores estatais sediados em setores básicos.

Para Pinho & Silveira (1998), embora o PND postule entre seus objetivos a promoção da competitividade e a democratização do controle do capital das empresas brasileiras, a privatização emerge e se legitima politicamente no Brasil como uma resposta às dificuldades financeiras do Estado, e onde os objetivos fiscais, centrados na redução da dívida e do déficit público, tem sido perseguidos de maneira prioritária.

Joemir Beting (1999), vê na privatização uma forma de obter recursos para o Estado amortizar a dívida. Segundo Beting, a dívida pública custa mais de 21% ao ano, enquanto que o ativo rende menos de 1% ao ano para o Estado. Porém, esse analista não entra no mérito das causas do baixo retorno das empresas estatais, questão que será explorada na parte final deste ensaio.

IMPLICAÇÕES DA PRIVATIZAÇÃO

Como anteriormente assinalado, os liberais vêem a privatização como parte do enxugamento do Estado, devendo este se restringir ao mínimo indispensável ao bom funcionamento da sociedade capitalista, desfazendo-se de empresas produtivas e reduzindo sua atuação à regulação sobre a economia. Todavia, segundo Cano, este receituário implica, em pelo menos, nos seguintes problemas:

1. a recorrente solução privada, em que o Estado assume o passivo (financeiro e trabalhista) das empresas estatais privatizadas, ao contrário do que afirma o discurso neoliberal, só tende a agravar o déficit público;

2. o novo controle realiza ajustes com cortes significativos de mão-de-obra agravando o problema do desemprego na economia brasileira;

3. para que a iniciativa privada se interesse por velhas empresas estatais e de setores menos dinâmicos que virão a sofrer com o choque da 3ª revolução industrial, essas empresas deverão ser praticamente doadas. Entretanto, os setores altamente poluidores ainda atraem interesses, visto a resistência à novas plantas;

4. o setor privado ao necessitar operar com preços de mercado reajustados prejudica as políticas de estabilização e de competitividade (aberta).

As previsões de Cano se concretizaram na maioria dos países, entre os quais se destacou o Brasil. Além do mais, outros problemas resultaram dos modelos de privatização adotados. A venda de empresas estatais agravou a desnacionalização das economias em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos, diminuindo ainda mais seus incipientes graus de liberdade econômica e soberania tecnológica, via aumento das importações intermediárias, como tem se observado entre as empresas privatizadas dos setores de siderurgia e telecomunicações. Fator que contribuiu para que o país apresente atualmente um déficit estrutural em sua balança de pagamentos. Como o Prof. Luiz G. Belluzzo destacou, em debate *on line* promovido pelo site PATAGON em 14/02/2001, nem a forte desvalorização cambial foram suficientes para reverter o insistente saldo negativo que a balança comercial brasileira vem apresentando, o que reforça a análise de que o déficit é estrutural. Prevê assim, que com o provável crescimento da economia nacional em 2001, o déficit comercial se elevará.

Para Cano (1995), o enxugamento do Estado deve obedecer a objetivos claros da política econômica. Antes de objetivar diminuir o déficit público e atender aos ditames de uma política de tendência neoliberal, tal política deve ser readequada para atender ao resgate da dívida social, para retomada do cres-

cimento e obedecendo a estratégias de desenvolvimento. Com tal objetivo, a privatização deveria seguir objetivos de política industrial e de substituição de antigos setores estratégicos de forma pura e em cooperação com o setor privado.

Sulamis Dain em sua tese de doutorado "**Empresa Estatal e capitalismo Contemporâneo: uma análise comparada**" (1980), aponta a importância da participação estatal em setores que não atraem a iniciativa privada, devido ao volume de capital necessário e aos longos prazos de maturação do investimento. Por vezes, como o capital privado nacional não foi capaz de enfrentar por sua conta e risco a trajetória internalizada no país, sem a intervenção do Estado muitos investimentos não teriam sido realizados. Dain mostrou como o capital estatal teve importância para detonar o processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Para ela (1980:244):

"Assim, como na Europa, a atividade empresarial do Estado se localizou prioritariamente em setores que, sendo eles essenciais na cadeia de relações inter-industriais, não correspondem aos interesses diretos do setor privado nacional ou estrangeiro, no que diz respeito à alocação ideal para seus próprios investimentos."

Como mostrou João Manuel Cardoso de Mello, em seu livro "**O Capitalismo Tardio**" (1991:118)

"A ação do Estado foi decisiva, em primeiro lugar porque se mostrou capaz de investir maciçamente em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, o que estimulou o investimento privado não por lhe oferecer economias externas baratas, mas, também, por lhe gerar demanda."

No Brasil, o governo investiu nos setores de infra-estrutura básica e social. Ficaram a cargo do Estado os investimentos em mineração, transporte rodó-ferroviário, siderurgia, petróleo, energia elétrica (geração, transmissão e posteriormente distribuição) e telecomunicações.

Mediante esses investimentos, o parque industrial brasileiro passou por uma grande transformação, pois ao internalizar os setores de bens de consumo duráveis e de capital o desenvolvimento econômico se libertou das amarras que prendiam sua autodeterminação e passou a ditar a dinâmica interna, ou seja, o investimento passa a ser variável

autônoma do gasto não sendo mais determinado por variáveis exógenas. Como mostra Cardoso de Mello (1991:117):

"A implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, entre 1956 e 1961, correspondeu, ao contrário, a uma verdadeira 'onda de inovações' schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo 'salto tecnológico'; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineia um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados".

Mais mostrou assim, a importância que o Estado brasileiro teve para garantir esse novo padrão de acumulação, pois foi através dele que as forças produtivas especificamente capitalistas foram internalizadas no país.

As empresas estatais exerceram o papel central de puxar a dinâmica industrial, pois ao estimularem o desenvolvimento econômico, via compra de produtos de empresas privadas nacionais e através da venda de produtos subsidiados, estavam estimulando o fortalecimento do capital privado nacional, criando assim, uma integração industrial e formando o mercado interno para as inversões nacionais e do capital privado internacional.

Prado (1998) relaciona diferentes motivos que induzem a ocupação direta da produção pelo Estado:

- a) *implantação de setores econômicos estratégicos em economias com baixa disponibilidade de capital;*
- b) *interesse em controlar/interferir na composição e no volume da demanda agregada e setorial;*
- c) *garantia de oferta de insumos básicos e estratégicos;*
- d) *sustentação de indústrias e/ou empresas em dificuldades econômicas e financeiras, seja por se tratar de setores estratégicos, seja num contexto de políticas regionais de emprego;*
- e) *limitações do mercado como agente condutor do processo de*

crescimento econômico.

O elevado nível de desemprego atua como um grande inibidor da privatização uma vez que a gestão privada invariavelmente impõe cortes significativos de mão-de-obra no curto prazo. Ao colaborar para o desemprego e para desnacionalização, destruindo empresas nacionais, o processo gera instabilidade política.

Apesar da argumentação liberal, a corrente contrária, exposta nesta segunda parte deste ensaio, atenta para a incapacidade do livre mercado em operar o crescimento e estabilidade diante de um quadro de atraso econômico, e que a rota para a estabilização e superação deste atraso demanda reformas estruturais no plano político, econômico e institucional que exigem a presença ativa do estado. Dessa forma, cabe a empresa estatal prover, de forma articulada com as direções da acumulação privada, a infra-estrutura, os bens de produção e demanda seletiva onde o mercado não atua.

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

As condições em que foram realizadas as alienações das participações do Estado no capital das empresas estatais no Brasil geraram muitas controvérsias. Dentre elas podemos relacionar: o questionamento da ordem cronológica de venda das empresas, a conjuntura inicialmente adversa à venda de ativos produtivos, os parâmetros de avaliação das empresas e a utilização de *moedas podres* como meio de pagamento.

O valor de venda das empresas privatizadas, a evolução dos preços de suas ações e os altos ganhos de capital auferidos na sua revenda por alguns dos seus compradores permite julgar que os mecanismos adotados na privatização não foram, de fato, os ideais para maximizar a receita obtida pela União. Esses pontos, levantam dúvidas quanto ao rigor com que foram definidas as condições de venda. Algumas instituições bancárias obtiveram lucros entre 100 e 400% nesse processo (Pinho & Silveira, 1997 e 1998)

Os resultados da Política de privatização no campo fiscal, se contabilizados adequadamente, apresentam resultado fiscal líquido muito aquém das expectativas, isto é, considerando o cancelamento dos rendimentos dos ativos alienados, os

processos de saneamento pré-venda e as dívidas das estatais absorvidas pela União. Tais fatos têm gerado dúvidas quanto à capacidade da privatização servir de esteio ao ajuste fiscal mesmo entre analistas favoráveis ao processo.

A venda das empresas estatais, segundo o governo, serviria para atrair dólares, reduzindo a dívida do Brasil com o resto do mundo, e o dinheiro arrecadado com essa venda serviria ainda, para reduzir também a dívida interna. Porém, aconteceu o contrário: as vendas foram um excelente negócio para os compradores e o governo engoliu dívidas das estatais de todos os tipos, ou seja, a privatização acabou por aumentar a dívida interna. Ao mesmo tempo, as empresas multinacionais ou brasileiras que compraram as estatais não usaram capitais próprios, mas tomaram empréstimos lá fora para fechar negócios. Dessa forma, aumentaram a dívida externa do Brasil. Um exemplo foi o empréstimo de 1 bilhão de dólares que a Vale do Rio Doce tomou no exterior para compra da Light, que por sua vez trouxe mais 1,2 bilhões de dólares para compra da Eletropaulo.

Biondi (1999) demonstra claramente as contradições do processo de privatização brasileiro registrando fatos no mínimo intrigantes. Com relação aos desembolsos realizados pelo Estado antes do processo de privatização, o autor nos chama a atenção para os seguintes números:

a) antes de vender as empresas telefônicas, o governo investiu 21 bilhões de reais nesse setor em dois anos e meio (1996/1998) e vendeu tudo por uma entrada de 8,8 bilhões de reais. No total, mesmo considerando o valor em moedas podres, o Sistema Telebrás foi vendido por 23 bilhões de Reais, sendo o saldo líquido de 2 bilhões de reais. A prova de que foi um péssimo negócio, está no resultado do leilão recente de concessões da banda D de telefonia celular, onde além de não haver ativo envolvido trata-se de um pequeno segmento a ser explorado, em que Estado obteve valor superior aos 2 bilhões de reais obtidos com a venda de todo o Sistema Telebrás.

b) antes de privatizar, o governo realizou demissões maciças de trabalhadores, ou seja gastou bilhões com o pagamento de indenizações e direitos trabalhistas,

que na verdade seriam de responsabilidade dos compradores. Na venda do Banerj, por exemplo, o comprador pagou só 330 milhões de reais e o governo do Rio tomou antes um empréstimo dez vezes maior, de 3,3 bilhões de reais, para pagar direitos trabalhistas.

c) o Estado investiu 21 bilhões de reais nas empresas do sistema Telebrás, 4,7 bilhões de reais na Aço Minas, 1,9 bilhões na CSN.

d) após investir 4,9 bilhões para que a produção de petróleo do Campo de Marlin atendesse a 20% da demanda do país, a Petrobrás foi obrigada a aceitar 20 sócios que irão investir 7 milhões de reais cada um, além de assumirem um empréstimo de 1,3 bilhões e participar com 30% dos lucros. Sendo assim, esses novos sócios na verdade só serviram para obter esse empréstimo que, facilmente seria concedido à Petrobrás no exterior. Além de que, a Petrobrás ainda foi obrigada a entregar todas as pesquisas realizadas sobre possíveis jazidas de petróleo para esses novos sócios, que demandaram altas quantias em várias décadas, de estudos por apenas 300 mil reais.

e) antes da privatização o Estado de São Paulo demitiu 10.026 funcionários e ainda ficou responsável pelo fundo de pensão.

No que diz respeito às negociações das vendas das estatais, Biondi cita fatos que põem em cheque os resultados obtidos e os benefícios para nação:

a) na privatização da rodovia dos Bandeirantes em São Paulo, a empreiteira que ganhou o leilão está recebendo 220 milhões de reais de pedágio por ano desde que assinou o contrato - e até abril de 1999 não havia começado a construção da nova pista;

b) a CSN foi comprada por 1,05 bilhão de reais, dos quais 1,01 bilhão em "moedas podres" - vendidas aos "compradores" pelo próprio BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e financiadas em 12 anos com juros privilegiados;

c) essas "moedas podres" que foram aceitas nas negociações, podiam ser encontradas no mercado de capitais por 50% do seu valor escritural. Isto possibilitou a compra de ações pela metade do preço. Houve casos de pagamento em moeda podre de mais de 90% do valor das empresas;

d) no caso das siderúrgicas, o Es-

tado, para tornar sua venda mais atrativa, despendeu antes das vendas 42% do valor que veio auferir. Sem contar que grande parte do valor auferido foi paga a prazo e também com moedas podres (Pinho & Silveira, 1998). Na venda da Cosipa, por exemplo, o Estado assumiu uma dívida de 1,5 bilhões de reais e recebeu 300 milhões;

e) por incrível que possa parecer, algumas estatais foram vendidas com dinheiro em caixa. A Vale do Rio Doce foi vendida com 700 milhões de reais em caixa. A Telesp que possuía 1 bilhão de reais em caixa, foi vendida por 2,2 bilhões, ou seja com quase 50% de desconto;

f) as condições de pagamento foram extremamente vantajosas permitindo entradas de 10% a 20%, com prazos de 30 anos para pagamento (como no caso das ferrovias) e com financiamento de 50% da entrada pelo BNDES, quando, no caso, o comprador fosse uma empresa nacional ou mesmo que apenas participasse do consórcio. Esta condição caiu por decreto presidencial em 24 de maio de 1997 e o BNDES ficou obrigado a até emprestar para empresas estrangeiras, enquanto neste mesmo momento continuava proibida de realizar empréstimos para estatais brasileiras;

g) o governo poderia ter optado pela pulverização das ações, vendendo-as à população, evitando a concentração do capital, prática que ocorreu como parte da política de privatização na Inglaterra, França e Itália;

h) o cálculo do valor de venda foi baseado no faturamento desprezando todo o custo de pesquisa e implantação das plantas;

i) inicialmente o PND estipulou margens de nacionalização para telefonia, mas acabou por abolir tal condição;

j) existiram casos em que as estatais foram vendidas com altos volumes de estoque, como no caso da Telesp, com estoques que duraram 8 meses;

k) através de acordos, várias empresas estrangeiras assumiram a direção de estatais mesmo detendo menores parcelas na participação acionária. Exemplo, foi o caso da empresa francesa EDF que assumiu o controle da Light com apenas 11,4% das ações.

Uma das principais justificativas dos defensores da privatização, era

que a maior competição e a maior eficiência das empresas privadas trariam preços mais baixos para o consumidor. Entretanto alguns fatos contradizem tais argumentos:

a) no caso dos serviços públicos, antes das privatizações, o governo já havia começado a aumentar as tarifas. Para as telefônicas, reajustes chegaram até 500% a partir de novembro de 1995 e, para as fornecedoras de energia elétrica, aumento atingiu os 150%. Foi dado ainda garantia de reajustes anuais de acordo com a inflação, podendo também "os compradores das empresas de energia" aumentar preços se houver algum imprevisto como no caso da mádesvalorização do real ocorrida no começo de 1999;

b) no caso das siderúrgicas os aumentos de preço chegaram a 300%, como ocorreu com o aço;

c) em relação ao aumento da competitividade não podemos até então notar evolução. Ao menos no que tange as siderúrgicas, já se pôde constatar um aumento da concentração do capital;

d) as empresas telefônicas têm como obrigação reduzir as tarifas dos serviços locais somente a partir do ano 2001. Assim, combinou-se que as tarifas não deveriam cair em 1998, 1999 e 2000. E, para os serviços locais a queda máxima combinada é de 4,9% no total até 2005.

No que diz respeito à melhoria na qualidade dos serviços e a promessa de punição para os compradores das estatais que não atingissem as metas definidas nos contratos, Biondi levanta as seguintes questões:

a) as metas estabelecidas para os compradores das telefônicas a princípio somente passariam a valer a partir de dezembro de 1999;

b) no caso da Light, o contrato previu e autorizou a piora dos serviços. Foi permitido um número maior de blecautes ou "apagões" e também período de interrupções mais prolongadas no fornecimento de energia;

c) as multas fixadas para as empresas de energia que desrespeitam até os limites "simpáticos" combinados com o governo são de apenas 0,1% do faturamento anual, quantia muito abaixo dos investimentos necessários ao bom funcionamento dos serviços.

O argumento segundo o qual as estatais dão prejuízos e as empresas

privadas estão dando lucros logo no primeiro ano de privatização, podemos explicar as razões desses lucros apresentados pelas empresas privatizadas:

a) aumento de tarifas e preços. Os reajustes de 100% 300% 500% antes da privatização, garantiram assim imensos lucros aos futuros compradores;

b) os cortes no quadro de pessoal propiciaram aumentos de rentabilidade. Exemplo disto ocorreu nas siderúrgicas privatizadas;

c) o saneamento das contas das estatais e os investimentos promovidos pelo Estado propiciam o crescimento dos lucros e permitem aumentos de investimentos;

d) a concessão de empréstimos pelo BNDES para expansão das atividades a juros privilegiados constitui outro motivo. Exemplos desses fatos foram os empréstimos de 730 milhões de reais para a Light e 1,1 bilhões de reais para CSN;

"...as empresas multinacionais ou brasileiras que compraram as estatais não usaram capitais próprios, mas tomaram empréstimos lá fora para fechar negócios. Dessa forma, aumentaram a dívida externa do Brasil."

e) a inexistência de compromissos com o desenvolvimento do país permitiu, por exemplo, que as compras de bens intermediários fossem direcionadas para o exterior, trazendo significativos impactos na balança comercial em detrimento da nacionalização da produção. Exemplos disto podem ser constatados nas siderúrgicas e empresas de telecomunicação. De 1993 a 1998 as compras de equipamentos no exterior realizadas pela área de telecomunicações passaram de 280 milhões de dólares para 2,8 bilhões (1000%), deixando um déficit

setorial de 2,5 bilhões de dólares. Devemos ainda considerar que muitos equipamentos eletrônicos são utilizados na telefonia, o que fez com que o déficit subisse, uma vez que o déficit no comércio exterior destes produtos chega 8 bilhões de dólares em 1998;

f) ao comprador do Banerj foi assegurado o monopólio por 5 anos das contas dos funcionários públicos, recebimentos de impostos e contas em geral do governo estadual.

g) os prejuízos atribuídos aos bancos estatais, muitas vezes, foram gerados pelo próprio Estado. Um bom exemplo é o caso do Banco do Brasil que anunciou um prejuízo de 6 bilhões de reais no primeiro semestre de 1996, pois foi obrigado a comprar 5,5 bilhões de reais em títulos já vencidos da dívida externa e 1,7 bilhões de reais em títulos federais utilizados para comprar da Acesita, siderúrgica que aliás pertencia ao BB. Fatos semelhantes aconteceram pelo menos com a CEF e com o Banespa, que foi quebrado pelo governo de São Paulo.

A simples atualização das tarifas, há muito congeladas, levou a algumas empresas a obtenção de melhores resultados antes de serem privatizadas. Como exemplo, podemos citar a Telebrás, que só no primeiro semestre de 1997, incrementou seus lucros em 250%. Fenômeno similar aconteceu com as empresas de energia elétrica, como um salto de 200% nos lucros da Eletrobrás. Imaginem então se as empresas estatais não tivessem sido utilizadas para fins estratégicos de combate à inflação e política de crescimento da economia brasileira; com certeza não lhes faltariam recursos para investimento, desmontando o argumento que tais empresas são incapazes de arcar com os recursos necessários para investimento e atender a demanda. Isto, sem falar que tal argumentação esquece que, em 1989, o BNDE (atual BNDES), ficou proibido por decreto presidencial de financiar as empresas estatais. Todavia, após as privatizações, 8,2 bilhões dos 17 bilhões de reais emprestados pelo BNDES se destinaram ao setor de infra-estrutura. Como se pode dizer que a malha ferroviária é incapaz de arcar com seus investimentos quando seus compradores avaliaram em 12 milhões, por ano, o investimento necessária para recuperar 400 locomotivas, valor irrisório para

o BNDES perto do que ele emprestou aos diversos compradores de estatais?

Sendo assim, os resultados positivos apregoados pelos defensores da política de privatização não foram obtidos sem custos consideráveis para o Estado e a Nação. As condições de compra, a redução dos custos, elevação dos preços, as transferências de endividamento das estatais para o Estado, dentre outros fatores, independe de que a suposta eficiência privada tivesse peso decisivo nos resultados financeiros positivos apresentados por parte das empresas privatizadas.

Ao acusarem as empresas Estatais de ineficiência, a argumentação liberal se esquece que mesmo atendendo a estratégias de política econômica, diversas dessas empresas estatais vinham se destacando internacionalmente, como é o caso da Petrobrás, Vale do Rio Doce, Embraer, Telebrás, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas duas últimas décadas do séc. XX, os neoliberais aliados e encastelados na maioria dos Governos, incapazes de criticar e/ou negar consistentemente o importante papel exercido pela ação direta do Estado na produção, usou seu poder de cooptar a mídia para justificar as privatizações, expondo à sociedade civil a falsa idéia de que as empresas estatais, além de serem deficitárias, retiram o dinheiro que o governo deveria gastar em saúde, educação, segurança, saneamento básico e outras atividades sociais. Outro grande objetivo da privatização foi reduzir o déficit público.

Ocorre que o elevado nível de desemprego existente atualmente na nossa economia, resultado da implementação das políticas neoliberais, uma vez que a gestão privada invariavelmente impõe cortes significativos de mão de obra no curto prazo, não considera a perda do importante papel estratégico que as empresas estatais exercem para o crescimento sócio-econômico e equilíbrio macroeconômico.

Ao colaborar para o desemprego e também para desnacionalização, o processo de privatização contribui para gerar prejuízos sócio-econômicos e assim gerar instabilidade política.

Cabe aqui uma ressalva, tendo em conta os diferentes modelos de privatização, o processo de privatização francês foi o que mais se

aproximou de uma ação democrática, tendo em vista que se utilizou da pulverização das ações entre a população, sem que o Estado perdesse o controle acionário, ou quando permitiu a compra de grandes lotes de ações votantes por diferentes grupos de investidores. Dessa forma, o Estado continuou ao menos com poder de interferir nas decisões das empresas, particularmente das empresas estratégicas para o funcionamento da sua economia. Porém, o principal objetivo desse processo de privatização foi reduzir o déficit público, e obter o chamado "prêmio de controle" que elevou substancialmente o preço das empresas a serem privatizadas.

Acontece que o caso em que o Estado ao invés de privatizar uma empresa de determinado setor permite a entrada de outras empresas, para viabilizar uma ampliação da oferta neste setor, torna socialmente mais benéfico o crescimento e desenvolvimento econômico, haja vista que a presença de uma estatal poderia ajudar a conter a elevação dos preços pagos pelo consumidor. Porém, essa concorrência poderia fazer com que o interesse de entrada do capital privado diminuísse em virtude do que possa ocorrer com o comportamento desse concorrente atípico(estatal), que pode conter os preços de mercado, porque tem no Tesouro um garantidor em última instância de sua sobrevivência e assim poderia limitar as margens de lucro, que um sistema privado oligopólico ou cartelizado procura viabilizar e/ou maximizar.

O interesse do capital privado seria menor também se o Estado, especialmente os endividados e com déficit de empregos, no intuito de estimular as exportações e a geração de vagas de trabalho, estabelecesse metas de exportação e de geração de empregos para serem atingidos pelos possíveis compradores. Mas, na atualidade o que tem prejudicado o objetivo principal da maioria dos processos de privatização adotados é a necessidade de arrecadar recursos para reduzir o déficit público.

Um balanço da venda das estatais no Brasil realizado por Biondi, utilizando números oficiais até o fim de 1998, apresenta que o comportamento da receita obtida pelo Estado brasileiro não justifica o modelo de privatização adotado. Este autor mostra que o resultado final é altamente questionável:

Valores atribuídos às vendas das estatais

passivo das empresas.....	16,5
valor financiado.....	49,1
valor pago em moedas podres.....	8,9
valor pago em moeda corrente.....	10,7
juros auferidos com a entrada.....	nd

valores que não entraram ou que saíram dos cofres públicos

passivo repassado.....	16,5
juros acumulados sobre as dívidas.....	8,7
investimentos feitos anteriormente.....	28,5
juros sobre os investimentos.....	8,9
pagamentos em moedas podres.....	8,9
dinheiro em caixa.....	1,7
dívidas assumidas pré-vendas.....	16,1
compromissos assumidos aposentadorias.....	incalculável
lucros cessantes.....	incalculável
prejuízos com juros subsidiados.....	incalculável
despesas com demissões pré-vendas.....	incalculável

total.....85,2
Saldo.....-4,1

total.....89,3

Sendo assim fica a pergunta: a quem beneficiou esse processo e aonde se pretende chegar com o modelo de privatização adotado no Brasil?

A partir deste levantamento sobre o processo de privatização no Brasil, tudo nos leva a crer que tal política apresenta resultados diferentes do discurso e dos propósitos

oficiais que baseou sua implantação.

Além de que, perdemos instrumentos estratégicos de política econômica e de promoção do desenvolvimento e da equidade social. Pois como se sabe, numa economia como a brasileira em que ainda há setores e regiões fortemente carentes de acesso a insumos modernos, a indução do de-

senvolvimento sócio-econômico é uma tarefa da qual as agências federais de regulação não deveriam se eximir ●

*Ricardo Azevedo Silva é economista, Mestrando em Desenvolvimento Espaço e Meio Ambiente IE/ UNICAMP e bolsista da CAPES.

a nossa política

*José Machado Moita Neto

O livro *I da Política de Aristóteles* traz alguns aspectos interessantes do pensamento aristotélico.

O primeiro é relativo a metodologia usada para enfrentar as questões: dividir os problemas em tantas partes quantas sejam necessárias para o entendimento do todo. Este método ainda hoje tem utilidade didática.

O segundo aspecto interessante do livro *I* é a visão que Aristóteles tem do homem como "animal cívico" que justifica inclusive um livro do autor sobre política. Quantas vezes desejamos isto dos políticos e, contudo, faltamos as nossas reuniões de condomínios?

A visão de Aristóteles sobre a mulher e a criança não apresenta nada de extraordinário pois, traduz apenas a realidade histórica vivida pelo autor. Neste sentido, ele foi um homem do seu tempo. Fora do tempo é a mesma visão aristotélica nos dias de hoje. Basta pensar no machismo que ainda permeia nossa sociedade.

Por fim, em relação à escrava-

tura, a polêmica posição de Aristóteles necessita de uma visão mais ampla sobre a questão. Primeiramente é preciso não defendê-lo: ele foi explícito em afirmar a existência de uma natureza diferente entre os homens livres e escravos apoiando assim a prática comum da escravidão de seu tempo. Além disso, assumiu conhecer posição diferente da sua, que admitia a igualdade de todos os homens e, mesmo assim, insistiu na diferença da natureza em homens livres e escravos. Por outro lado não podemos atacá-lo: ele observou a existência de homens que nasceram para o comando e de outros para a obediência e associou esta visão para explicar a diferença em "natureza" dos homens e justificar assim a escravatura. Percebeu que em alguns regimes políticos há uma alternância de poder que transforma o que comanda no que obedece e vice-versa.

Mesmo deixando de lado a complacência da visão historicista,

podemos claramente identificar o mesmo pensamento aristotélico na ideologia dominante da sociedade que vivemos em relação as classes menos favorecidas.

Portanto, embora não concorde com Aristóteles, percebo que o Brasil, o país das desigualdades, faz eco aos seus pensamentos neste campo. Como serão julgados pela história aqueles cidadãos mais justos de nossa época, inclusive eu, que pagam cento e oitenta reais mensais para uma empregada doméstica e gastam trinta reais em um jantar em um restaurante? Espero que seja com mais complacência que a usada para julgar Aristóteles nestas linhas ●

*José Machado Moita Neto é professor do Departamento de Química/UFPI, Doutor em Química pela UNICAMP. É aluno do Curso de Filosofia da UFPI.

IMPORTÂNCIA DA PESQUISA PARA O SEGMENTO VAREJISTA

Tiago Cardoso Rosa*

O varejo brasileiro começa a ingressar numa nova realidade com mais maturidade. Com a estabilidade da economia e os mercados funcionando com mais eficiência, já se percebe os produtos nacionais competirem com os importados com certa paridade. Nesta realidade, como explica Ruótulo (1999, p.105), o varejista para obter vantagem competitiva é necessário ter “a capacidade de entender, atrair e satisfazer os consumidores”.

Neste contexto, as empresas de supermercados que têm como finalidade atender seus clientes de maneira eficiente e eficaz, terá na pesquisa de mercado o principal instrumento de gestão para avaliar ou mensurar como está a satisfação do seus consumidores com relação aos serviços prestados por suas lojas. Mostrando a importância da pesquisa, Berry (2001, p.96-97), cita o resultado da pesquisa realizada pela Discount Store News, onde o conceito de conveniência como entende o varejista, é diferente da compreensão do cliente. Para o varejista, “conveniência se resume quase que exclusivamente a localização e a mais um ou outro aspecto, como distribuição e variedade de produtos, conhecimento do pessoal de vendas, qualidade de atendimento, ‘layout’ da loja ou muitas (e boas) vagas no estacionamento”. A pesquisa, no entanto, revelou que na concepção do cliente este conceito é mais amplo. Os entrevistados responderam: Conveniência é “compras rápidas no mesmo local, boa indicação da localização das mercadorias, corredores bem demarcados e com placas, mais largos, bom estoque, preço apresentados de forma clara, políticas simples para devolução, pessoal de atendimento suficiente, ampliação do horário de funcionamento para 24 horas e caixas de pagamento centralizadas e eficientes”. Esta pesquisa mudou a concepção do varejista, em relação ao conceito de conveniência e esta mudança o possibilitará oferecer mais atributos adequados à satisfação do seus clientes. Como se percebe, a pesquisa bem elaborada permite ao varejista compreender, na opinião do consumidor, que serviços estão promovendo satisfação ou insatisfação para sua clientela. Atualmente, o empresário que pretende estar adequado com as necessidades, desejos e expectativas de seus clientes, terá que buscar na pesquisa mercadológica

as respostas essenciais que irão servir de base para construção de estratégias que possibilitarão as empresas de supermercado oferecerem serviços e produtos que realmente os clientes querem comprar.

Neste contexto, Ruótulo (1999, p.106), mostra esquematicamente o processo de satisfação dos clientes e suas reações que a pesquisa deve ser capaz de captar (Figura 1).

O processo inicia quando o consumidor começa a manifestar sua satisfação na fase da pré-compra. Ele, antes de conhecer a loja ou realizar qualquer compra já demonstra expectativa com relação aos serviços que o estabelecimento presta, como também no que se refere a qualidade dos produtos. Os fatores que se relacionam para esta expectativa são as experiências passadas, opiniões de outros clientes, a propaganda e os aspectos que formam a expectativa prévia ao ato da compra.

Após todo esse comportamento na pré-compra, o cliente efetua a compra. Logo após este fato, ele passa a fazer uma avaliação comparativa entre a expectativa prévia e o que de fato aconteceu depois da compra. Como diz Ruótulo (1999), três situações podem se verificar: desconformação positiva, confirmação e desconformação negativa da expectativa prévia. A desconformação positiva é a situação em que as surpresas foram favoráveis para o consumidor; a experiência de compra excedeu suas expectativas. Esta situação poderá levar a cativação do cliente e sua posterior fidelização se o supermercadista continuar desenvolvendo estratégias que sempre preencham as expectativa de sua clientela com relação a excelência em serviços e nos produ-

tos em seus pontos de vendas.

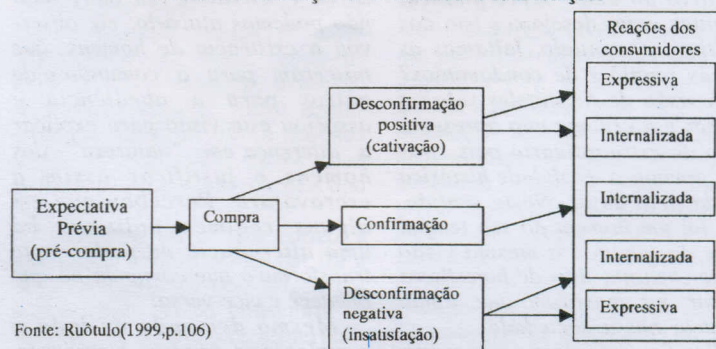
A situação confirmação ocorre quando as expectativas são confirmadas; ou seja, o consumidor sai das compras com exatamente a mesma expectativa que entrou. Nada foi acrescentado a sua satisfação. A última situação denominada desconformação negativa evidencia que o cliente teve as suas expectativas prévias frustradas. Nessa situação a experiência de compra foi desagradável. O cliente está num estado de insatisfação.

As três situações podem provocar cinco reações distintas dos consumidores: A desconformação positiva poderá gerar uma reação expressiva (o cliente manifesta sua satisfação) ou a uma reação internalizada (o cliente muda sua atitude favoravelmente, mas não manifesta). A situação de confirmação conduz invariavelmente a uma reação internalizada, o consumidor não se manifesta. A desconformação negativa, por sua vez, poderá dar origem a uma reação expressiva (reclamações, queixas, comentários com os amigos etc.).

O grande papel da pesquisa bem realizada é o de poder identificar todas as cinco reações possíveis dos consumidores para que o supermercadista possa interferir de forma positiva no sentido de prestar serviços de excelência e oferecer produtos de qualidade superior que promovam uma experiência de compra inesquecível para toda sua clientela ●

*Tiago Cardoso Rosa é professor do DECON/UFPI. Doutorando em Ciências Empresariais pela Universidade del Museo Social Argentino.

Processo de satisfação do consumidor e suas relações



Fonte: Ruótulo(1999,p.106)

CAPITALISMO, NEOLIBERALISMO E MARXISMO

Jucelino Mendes da Silva*

Com a ascensão das políticas neoliberais, a Teoria Marxista, aparentemente, sai de cena. Porém, se olharmos para as relações sociais no capitalismo, perceberemos que a dualidade está incrustada nas coisas e nas pessoas.

A queda dos sistemas socialistas no Leste Europeu colocou à mostra as deficiências de um sistema que, segundo estudiosos, não passava de uma nova face dada ao capitalismo. Sob este aspecto, não poderíamos sequer dizer que houve uma experiência socialista. O sistema experimentado pelos russos estava representado por uma classe de privilegiados que compunham o Partido Comunista Soviético e que comandava o país. Houve, portanto, apenas uma alteração na correlação de forças naquele país. Antes da Revolução, a burguesia detinha o comando; após, o poder passa às mãos dos bolcheviques, continuando a existir uma sociedade de classes. A crise política, econômica e social assinalada pela reunificação da Alemanha e outros incidentes históricos marcaram a reintegração dos países comunistas à economia de mercado, com uma conseqüente abertura aos fluxos de capitais e sujeição às crises sistêmicas do capitalismo.

O estado, na grande maioria dos países, tem recuado em suas intervenções na economia, a não ser nos períodos de crise em que se tem recorrido a políticas de orientação keynesiana. Por um lado, isto pode ser visto como uma retomada das idéias preconizadas pelos economistas clássicos e, por outro, como um simples efeito da dinâmica centro-periferia, uma vez que os países centrais implementaram reformas "liberalizantes", baseadas, sobretudo, na restrição dos benefícios sociais auferidos com a implantação do Welfare State; e passaram a exigir dos países periféricos a adoção de políticas semelhantes, como um meio de resolver o problema crônico do desemprego, então com altas taxas na Europa no pós-guerra. A abertura dos países periféricos aos fluxos externos tem possibilitado a importação de desem-

prego, a desnacionalização do parque industrial, bem como um desestímulo ao crescimento e diversificação da indústria nacional.

Até a década de 70, os países centrais encontravam-se parcialmente desarticulados e permitiram aos países da periferia maior liberdade para o planejamento de políticas de desenvolvimento, onde o Brasil, o México e a Argentina, conseguiram, graças ao advento da CEPAL, imprimir um processo de crescimento econômico considerável. Entretanto, a rearticulação dos países do centro e a retomada do imperialismo submete a periferia à velha dinâmica do capitalismo. Tal fenômeno é constatado pelo processo de privatização principalmente na América Latina.

"Basta olhar as múltiplas realidades que coexistem aglomeradas, onde quase todos tentam se enquadrar em moldes estabelecidos pelo sistema e acabam parecendo verdadeiros soldados, uniformizados, com sua própria bandeira em punho..."

O avanço econômico da periferia no pós-guerra decorreu da desmistificação da Teoria das Vantagens Comparativas, que fundamentou a Divisão Internacional do Trabalho. Apesar dos avanços, houve a formação de seguimentos sociais ligados a atividades com alto nível de produtividade e direcionadas ao mercado externo, o que lhes possibilitou manter um elevado padrão de vida, contrastando com o resto da sociedade. A continuidade do modelo tem produzido reflexos sociais negativos. A marginalização tem criado verdadeiros exércitos de indigentes que imprimem o terror nas cidades brasileiras.

Diante dessa evolução histórica, em nível nacional, é impossível deixar de assinalar a passagem da sociedade brasileira voltada para a gropecuária, conservadora e não

consumista para uma sociedade urbano-industrial, voltada para a indústria e o comércio e com princípios liberais. Vejo, neste ponto, o início da sociedade de consumo no Brasil, fato que, dentro do contexto capitalista, representa uma grande evolução, mas que, ao ser melhor analisado sob os aspectos moral e ético, gera questionamentos. É justificável tentar convencer as pessoas a consumir bens e serviços pelo simples fato de que está sendo gerada renda para alguém, mesmo que isso signifique o desrespeito à dignidade humana e, até mesmo, à coisificação das pessoas?

Numa sociedade de consumo a ordem é: consumir! consumir! E, se não consumimos, boomm!!! ... Era uma vez um sistema que estava teoricamente em equilíbrio e onde o Estado pouco deveria intervir. O marketing tem que criar novas necessidades e o mercado tem que procurar incorporar aqueles que ainda estão à margem do sistema. Lembremos alguns "ARTISTAS" que emergiram recentemente e, não sei como, conseguem encontrar "CONSUMIDORES" para seus produtos de excelente qualidade. Certamente que é obra do marketing.

A dicotomia essencial do capitalismo está em cada esquina, em cada rosto. Basta olhar as múltiplas realidades que coexistem aglomeradas, onde quase todos tentam se enquadrar em moldes estabelecidos pelo sistema e acabam parecendo verdadeiros soldados, uniformizados, com sua própria bandeira em punho e prontos para imprimir uma escalada, não rumo à dignidade, à cidadania mas à capacidade de consumir cada vez mais e melhor.

Há uma crise teórica do marxismo?

Talvez este seja o pensamento dos neoliberais. Na minha concepção, acredito que Marx não seja teoria, Marx é a própria realidade humana universal e esta, certamente, não se extingue.

Lembremos agora da mercadoria, célula básica do sistema, o pecado original, que se multiplica e se incorpora em tudo e em todos.

Associei-a ao caso, noticiado há algum tempo por um jornal, sobre uma prostituta holandesa que realizou uma cirurgia nos seios para implante de próteses de silicone e, em seguida, pediu judicialmente o direito de deduzir o valor pago pela cirurgia na apuração do imposto de renda, sob a alegação de que havia realizado um melhoramento em seu próprio empreendimento. Analisando este fato à luz da teoria marxista, sabemos que o dono dos meios de produção vende mercadorias cuja propriedade também lhe pertence. O trabalhador, desprovido dos meios de produção, possui somente a sua força-de-trabalho como mercadoria a ser ofertada ao mercado. Bem, com a evolução do capitalismo e o avanço tecnológico, o conhecimento tornou-se indispensável para o operários que quisessem continuar incorporados ao mercado.

Aqueles que não acompanharam a evolução tecnológica viram a sua mercadoria força-de-trabalho perder o valor-de-uso, porque incapaz de transferir e criar valor. Diante disso cria-se o dilema: que mercadoria esse trabalhador irá oferecer? Ora, só resta o próprio corpo. E eis a substituição, a prosmicuidade, o ser humano idiotizado pelo capital. Não quero, com isso dizer que não existam outras explicações para tais comportamentos, ligados a sociologia e a própria psicologia.

O capitalismo em seu nascedouro apresentava a promoção do bem-estar como uma de suas premissas básicas, e, ainda hoje, o defende. Entretanto, é patente que esse bem-estar não pode ser renegado àqueles que verdadeiramente fazem o sistema. O papel do Estado deve, já foi, e ainda está sendo discutido, como instrumento na implementação de mudanças estruturais, no sentido de colocar todos e, não somente alguns, como objeto fundamental de sua ação ●

*Jucelino Mendes da Silva é aluno do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

COMPLEXAS RELAÇÕES...

Marcelo Ricarte *

Fazendo um breve retrospecto na história econômica brasileira, começando pela década de 70, onde o Brasil ainda vivia sob os efeitos do então chamado "milagre econômico", percebemos que este foi um período em que os assuntos econômicos começaram a ganhar destaque no nosso país, deixando-os de serem encontrados apenas em poucas publicações especializadas ou em reduzidas colunas de jornais e revistas de maior circulação para ganhar espaços cada vez maiores, não apenas na imprensa escrita, mas também no rádio e na televisão.

Chegamos à década de 80 e, com ela, a substituição da euforia pela angústia e apreensão. O crescimento acelerado da economia brasileira cedeu lugar a um quadro muito mais sombrio, em que se combinavam a estagnação econômica prolongada, a inflação crônica e o desequilíbrio das contas externas. A moeda nacional, que mudou de nome várias vezes em poucos anos, não parava de se desvalorizar e os salários, corroídos pela inflação, perdiam o seu poder de compra rapidamente. Até por questão de sobrevivência, todos passavam a tentar se informar minimamente sobre economia e expressões até então de domínio restrito passaram a ser conhecidas de milhões de brasileiros, interessados em saber como defender seu patrimônio dos estragos provocados pela inflação.

Este foi o tema em torno do qual se dirigiram as atenções não somente dos cidadãos comuns, mas também dos empresários, dos jornalistas e dos profissionais de economia, todos estes afetados, de uma forma ou de outra, pela conjuntura adversa.

Multiplicaram-se os índices de preços divulgados à população brasileira. E os noticiários limitava-se a uma série de tentativas de explicação do que estava acontecendo. O horizonte tornava-se cada vez mais curto e quase já não se praticava planejamento de longo prazo. O ambiente econômico sofreu poucas e insignificantes modificações até meados da década de 90, a não ser pelos sobressaltos provocados por uma série de planos de estabilização mal sucedidos.

A partir da segunda metade da década de 90, com a economia estabilizada, as discrepâncias entre os diferentes índices de preços deixam de ser expressivas e, com isso, as prioridades passaram a ser o nível de produção da economia, a produtividade empresarial, as alterações na balança comercial, a questão do emprego e outros temas dessa natureza.

Tais fatos exigem maior capacidade de análise dos economistas, uma vez que agora não basta saber apenas dar explicações sobre índices de preços ou apontar o vilão do mês responsável pelo aumento da inflação. É preciso, cada vez mais, entender as complexas relações entre a macro e a microeconomia. E isto não pode deixar de ser percebido também por aqueles que se encontram hoje matriculados nos cursos de economia ●

* Marcelo Ricarte é aluno do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA RURAL

Clésio Ramiro da Silva Melão*

Durante o segundo período letivo do ano de 2000 tive a oportunidade de cursar Economia Rural, uma disciplina optativa, a qual nos chamou atenção para uma série de aspectos relevantes da economia capitalista. Após uma análise mais aprofundada, percebi o quanto é importante o estudo desta disciplina dentro da ciência econômica. Para que possamos ter uma compreensão melhor do desenvolvimento da economia capitalista, é extremamente necessário analisarmos todas as modificações que ocorrem na produção agrícola, quando o modo de produção capitalista transforma as forças produtivas e as relações de produção do setor primário. O capitalismo nasce, sem dúvida alguma, no bojo da Revolução Industrial, e esta, por sua vez, tratou-se de uma revolução de caráter eminentemente urbano. Mas o capitalismo jamais poderia se consolidar de forma plena sem antes ter que, necessariamente, reformular toda a ordem social no campo. O estudo da Economia Rural pode nos proporcionar também uma compreensão da existência de formas de produção não especificamente capitalistas, como os latifúndios extrativistas existentes na economia do Piauí.

Importante trabalho neste sentido foi elaborado pelo teórico marxista alemão Karl Kautsky, em seu livro intitulado "A Questão Agrária". Ele nos revela que na agricultura pré-capitalista há uma indústria camponesa de bens de consumo e de produção sustentada pelo intercâmbio comercial do excedente, entre as diversas unidades produtivas-oficinas de artesanato. Com a entrada de produtos industriais no campo, esta cadeia de intercâmbio é quebrada. Desta forma o produtor rural pré-capitalista deixa de canalizar o seu excedente para a economia de subsistência e, após a passagem por uma economia mercantil simples, acaba por destinar sua produção à economia mercantil capitalista.

Este é apenas um, dentre os vários aspectos abordados por Kautsky, para explicar as transformações ocorridas no campo, após o surgimento do modo de

produção capitalista. São analisados também os problemas da adaptação da produção às necessidades do mercado, a formação da grande propriedade agrícola e as dificuldades de introdução da maquinaria na produção agrícola. Do ponto de vista das relações de produção, Kautsky discorre sobre o aparecimento da figura do comerciante intermediário conhecido no Brasil como "atravessador", o aumento da demanda por moeda e da usura no campo e a proletarianização do camponês. A análise do autor nos leva a concluir que, a exemplo do que acontece na cidade, no campo também há uma luta de classes, com características muito próprias. É justamente aí que reside a importância do estudo desta disciplina dentro do nosso curso.

No contexto da formação econômica brasileira, a importância do estudo da Economia Rural reside em vários aspectos. Existe a necessidade de uma análise mais aprofundada da trajetória das lavouras de açúcar e café, responsáveis pela maior parte da história econômica de nosso país. A formação de nossa estrutura fundiária e a questão da pequena propriedade, como também as causas e consequências do surgimento de movimentos sociais de luta pela posse da terra. Muito embora muitas destas questões já possam ter sido vistas em outras cadeiras, de forma pontual, é importante analisá-las de maneira coesa, para que possamos ter uma visão mais nítida da formação de nosso setor primário.

Merece destaque neste particular a análise feita por John Wilkinson, em "O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção". Lançando mão do instrumental teórico elaborado por Kautsky, Wilkinson faz uma revisão das principais teses existentes sobre a formação da estrutura agrária brasileira, com ênfase na região nordestina. O autor agrupa as diversas visões em duas correntes distintas: uma que estabelece uma similaridade entre a estrutura agrária brasileira no período pós-escravista e o feudalismo europeu, vendo na figura de parceiros

e arrendatários brasileiros uma correspondência com o camponês europeu do período feudal. Na corrente oposta, as relações de produção entre o parceiro/arrendatário e o latifundiário brasileiro são vistas como relações capitalistas mercantis. Além disto, os adversários da tese feudalista alegam que o parceiro ou arrendatário encontrava-se desprovido de seu principal meio de produção: a terra. Sendo assim, eles não poderiam ser definidos como camponeses, nos moldes da agricultura feudal.

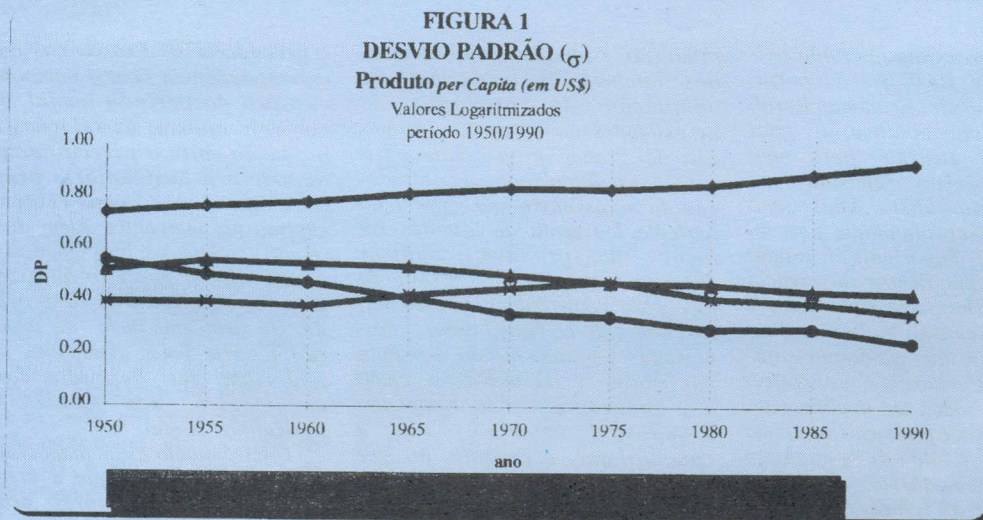
Confrontando estas duas visões, Wilkinson conclui que a classe de pequenos produtores brasileiros "...compreende na sua maior parte uma massa altamente instável de pequenos produtores em parcelas de tamanho inviável, em vários estágios de proletarianização e crescentemente ameaçados de completa expropriação."

Diante de tais constatações parece se afigurar de forma clara que a compreensão de todo e qualquer sistema econômico deve passar irremediavelmente pela compreensão do funcionamento do setor primário, uma vez que este constitui a base da cadeia produtiva. O crescente interesse das grandes corporações pelo domínio da biotecnologia é uma prova irrefutável deste fato. Se temos em mente a importância de se cursar uma cadeira de Economia Industrial, por que devemos achar que seja menos importante cursar a cadeira de Economia Rural? Ou será que nossas tendências ideológicas nos impulsionam a desprezar esta última?

Desta forma entendemos que a disciplina de Economia Rural está revestida de uma importância muito grande para ser relegada à condição de disciplina optativa. Propomos a sua passagem para o currículo obrigatório e, inclusive, a mudança de seu nome para Economia Agrária ●

*Clésio Ramiro da Silva Melão é aluno do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

Figura 1 - Artigo: Convergência do Produto Per Capita entre Países no período 1950-1990: uma análise utilizando desvio padrão



REGULAMENTO DO CONCURSO DE CRIAÇÃO DA LOGOMARCA COMEMORATIVA DOS 50 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ECONOMISTA NO BRASIL E 25 ANOS DE ECONOMIA DA UFPI

O presidente do Conselho Regional de Economia - 22ª Região, no uso de suas atribuições legais torna público que se acham abertas no período de 19 de março a 19 de abril de 2001, as inscrições para o Concurso de Criação da Logomarca comemorativa dos 50 anos de regulamentação da profissão de economista no Brasil e 25 anos de economia da UFPI, destinado a premiar a melhor criação (logomarca) e que obedecerá os seguintes requisitos:

- 1) A arte(logomarca) será de livre criação, desde que apresente um conteúdo que represente graficamente os 50 anos de profissão de economista no Brasil e 25 anos do curso de Economia da UFPI;
- 2) A criação terá que ser entregue em três vias impressas em papel ofício e em disquete dentro de um envelope lacrado identificado apenas por um pseudônimo; 2.1) Serão considerados participantes do concurso as logomarcas entregues, na sede do Corecon-Pi e na Coordenação do Curso de Economia, até o último dia do período de inscrições estabelecido pelos organizadores;
- 3) Somente poderão se inscrever no concurso os economistas com inscrição neste conselho e os estudantes dos cursos de economia de instituições de ensino superior do Estado do Piauí; 3.1) No ato da inscrição os candidatos aderem a todas as regras deste Regulamento; 3.2) No ato da entrega da logomarca o candidato terá que apresentar documentos que comprovem a sua condição de profissional ou de estudante de economia;
- 4) Para seleção final das criações será formada uma comissão julgadora formada por no mínimo três publicitários, que serão indicados pelo Conselho Regional de Economia do Piauí; 4.1) A comissão poderá deixar de sugerir a premiação, caso as criações não alcançarem um nível técnico compatível; 4.2) O resultado final do concurso é irrecorrível; 4.3) Fica estabelecido como prêmio para o vencedor do concurso o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), que será entregue numa data oportunamente divulgada através da imprensa pelo CORECON-Pi; 4.4) Os casos omissos serão resolvidos pela presidência do CORECON-PI.

Antônio de Pádua Carvalho
Presidente do Conselho Regional de Economia - 22ª Região

"Se estamos tentando descer ao âmago dos problemas, uma pergunta se coloca à nossa reflexão: a educação que gerou o nosso mundo, liberta ou escraviza?"

"Se a árvore deve ser julgada pelos frutos, a educação - do lar, da escola, da Igreja, das grandes e pequenas religiões - está precisando de mudanças profundas."

"Apesar de todos os pais desejarem o bem máximo para os filhos; apesar de a escola pretender ser de vida, pela vida e para a vida; apesar de a Igreja pretender apresentar Deus como Pai e levar os homens a viverem como irmãos, como explicar, que no balanço geral do esforço educativo, encontramos 20% da humanidade com mais de 80% dos recursos da Terra e, conseqüentemente, 80% da humanidade com menos de 20% dos recursos da Terra?"

Dom Hélder Pessoa Câmara

EXPEDIENTE

INFORME ECONÔMICO

ANO 5 - Nº 12 - MAIO DE 2001

EDITADO PELO DECON / UFPI

JORNALISTA RESPONSÁVEL GUSTAVO FORTES

SAID-Reg.Prof.802 DRT-PI

COORDENAÇÃO ECON. ENOISA VERAS/DECON

enoisa@uol.com.br

CONSELHO EDITORIAL PROFESSORES/DECON:

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE

FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA

SAMUEL COSTA FILHO

PROJETO GRÁFICO

PROFA. ELMIRA SIMEÃO

DEPT. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPI

DIGITAÇÃO/REVISÃO JAMES DEAN PAZ LIMA

PROGRAMAÇÃO VISUAL ENOISA VERAS

TIRAGEM 1500 EXEMPLARES

IMPRESSÃO GRÁFICA-UFPI

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CCHL

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CAMPUS ININGA - TERESINA-PI

CEP: 64.049-550

FONE: (0xx86) 215-5788/5789/5790

FAX: (0xx86) 215-5697

HOME PAGE www.ufpi.br/~ceco